



# Anais da Assembléia

Nº 21

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 24 DE MARÇO DE 1977.

ANO III

## 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA

### ATA DA 26ª SESSÃO (EXTRAORDINÁRIA)

REALIZADA EM 24 de MARÇO DE 1977

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Jurandir Messias, secretariada pelos Senhores Deputados David Federmann e Gilberto Carvalho.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielise Crisóstomo, José Domingos Scarpellini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal' Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (50); achando-se ausentes os Senhores Deputados Maurício Fruet, Nelson Bufara, Nilso Sguarezi e Trajano Bastos (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

O SR. FRANCISCO ESCORSIN (Pela ordem). — Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Deferido. O Sr. Primeiro Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem). — Sr. Presidente, solicito que V. Exa. faça soar os tímpanos antes de se proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados, pois que muitos se encontram em seus gabinetes e talvez tenha passado despercebida a hora.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Deferido.

(Faz soar os tímpanos).

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Responderam a chamada nominal 24 Srs. Deputados. Não há quorum para votação.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem). — Sr. Presidente, desculpe esta nossa nova interferência, mas quando da chamada, vários Srs. Deputados entraram no Plenário, solicito, portanto, nova chamada dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — A Mesa defere. O Sr. Primeiro Secretário procederá novamente a chamada

nominal dos Srs. Deputados.

(É feita a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Responderam a chamada nominal 28 Srs. Deputados. Há quorum para a votação.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 138/76, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Jandaia do Sul, com sede e foro na cidade do mesmo nome. Parecer favorável da CCI., por unanimidade. — Em regime de Urgência. — **Aprovado.**

### PROJETO DE LEI NÚMERO 138/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Jandaia do Sul, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1976.

(a) GILBERTO CARVALHO

### JUSTIFICATIVA:

O Serviço de Obras Sociais de Jandaia do Sul, é uma entidade que vem prestando seus inestimáveis e relevantes serviços no âmbito social, junto à Comunidade de Jandaia do Sul.

A cópia dos seus estatutos, bem como a documentação que anexamos ao presente, comprovam o preenchimento dos requisitos legais exigidos pela legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Assim é que apresentamos o presente projeto de lei que esperamos contar com a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 138/76

De autoria do nobre Deputado Gilberto Carvalho, o presente Projeto de Lei número 138/76, tem por finalidade declarar de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais de Jandaia do Sul.

Analisando-se o processo através da justificativa e documentação que o acompanha, temos que o mesmo preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO

Presidente

DENI SCHWARTZ

Relator

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias). — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA  
ATA DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 24 DE MARÇO DE 1977**

QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Lázaro Dumont.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Osvaldo Macedo, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (50); achando-se ausentes os Senhores Deputados Maurício Fruet, Nelson Buf-fara, Nilso Sguarezzi e Trajano Bastos (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**EMENDAS:**

**EMENDA AO ANTE-PROJETO DE LEI QUE ALTERA OS  
VENCIMENTOS DO FUNCIONALISMO DOS QUADROS  
DO PESSOAL DO ESTADO DO PARANÁ**

**NÚMERO 01**

Emenda: A Tabela VIII — Cargos da Parte Suplementar do Tri-bunal de Contas do Estado"

.....  
Bibliotecário ... onde se lê 2.893,00 — leia-se 3.339,00  
Motorista ... onde se lê 2.893,00 — leia-se 3.339,00  
Arquivista ... onde se lê 2.893,00 — leia-se 3.339,00

**JUSTIFICAÇÃO**

Pelo que dispõe a Lei número 6117 de 1970, no quadro próprio do corpo instrutivo do Tribunal de Contas do Paraná, as funções de: Auxiliar de Tesoureiro, Secretário do Presidente, Delegado, Assistente de Delegado, BIBLIOTECÁRIO, taquígrafo redator, ARQUIVISTA e MOTORISTA; estão todas classi-ficadas no NÍVEL DEZENOVE.

Em vista o contido na Lei número 6763, de 24 de dezem-bro de 1975, o Governador do Estado, através do Decreto nú-mero 1417, publicado no Diário Oficial do dia 29 de dezembro de 1975, estabeleceu nova tabela de vencimentos que passou a vigorar a partir de 01 de janeiro de 1976, sendo portando o aumento concedido anteriormente ao que se encontra nesta Casa. Ocorre, que no aumento passado não ocorreu engano no que tange ao NÍVEL DEZENOVE, pois todas as funções inte-grantes, com excessão da de — Taquígrafo Redator —, que dei-xou de existir; foram contempladas com o mesmo percentual de majoração, indo para Cr\$ 2.226,00.

De forma discriminatória, injusta ou talvez equívoca, o ante-projeto de lei em tela estabelece importância diferente para três funções das sete que formam o Nível Dezenove do quadro suplementar do Tribunal de Contas do Estado. Exata-

mente as funções de BIBLIOTECÁRIO, MOTORISTA e ARQUI-VISTA (do nível 19) constam com 2.893,00, enquanto as fun-ções de Tesoureiro Auxiliar, Secretário do Presidente, Delegado e Assistente de Delegado (também do nível 19), constam 3.339,00, configurando-se aberrante equívoco por parte da Secretaria dos Recursos Humanos, que elaborou o estudo.

Para impedir que esse ato injusto e imoral seja perpre-tado, é que sugerimos as emendas citadas.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1977.

(a) VALTER PIETRÂNGELO

**EMENDA SUBSTITUTIVA NÚMERO 02**

Substitua-se a redação do artigo 10 pelo seguinte:

Art. 10 — O Poder Executivo regulamentará, através de Decre-to, a gratificação pela execução de trabalho de natureza especial, com risco de vida ou saúde, prevista no artigo 172, V, da Lei número 6174, de 16 de novembro de 1970.

§ Único — Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1977.

(aa) Accioly Neto, Luiz Alberto Oliveira, apoio: Luiz Ro-bertho Soares, Jorge Sato, Egon Pudell, João Calil Fadel, Lázaro Dumont, Fabiano Braga Cortes e Augusto Carneiro.

Emenda número 03 ao Projeto de Lei número 12/77

Inclua-se um artigo com a seguinte redação:

Art. .... — O Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, no prazo de sessenta (60) dias, contadas da data da publicação da presente lei, anteprojeto de lei Complementar de que trata o Artigo 26, parágrafo único, item 5, da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1977.

(a) ACCIOLY NETO, apoio: Lúcio Machado, Fidelcino Tolentino, Muggiati Filho, Deni Schwartz, Domício Scara-mella, Hélio Manfrinato, Waldenício Barbalho, Antônio Facci, Enéas Faria, Renato Bernardi e Osvaldo Macedo.

**JUSTIFICATIVA:**

A 13 de maio do ano passado, advogados e procuradores que integram a Procuradoria Geral do Estado encaminharam Memorial ao Chefe do Poder Executivo, cuja íntegra é a seguin-te:

"Senhor Governador:

Os signatários, todos lotados na Procuradoria Geral do Estado, da Secretaria do Estado da Justiça, com todo o res-peito, impetram vênica para dirigir a V. Exa. o presente Memo-rial, que trata, em seu contexto, de uma reivindicação da classe com apoio na Constituição Estadual.

1 — A Procuradoria Geral do Estado, constituída de Advogados e Procuradores, é definida, na Constituição Estadual, em seu Artigo 59, como sendo "o órgão que o representa judi-cial e extrajudicialmente e exerce as funções de consultoria jurí-dica ao Executivo, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista do Estado, bem como assistência judiciária aos necessitados" (textuais). Nela, advogados e Procuradores, têm as mesmas atribuições e competência.

2 — Invocando, ainda a Constituição Estadual, seu Artigo 26, parágrafo único, item 5, estabelece que o Estatuto da Procu-radoria Geral do Estado, deverá ser provido através de Lei Com-plementar, esta que, na hierarquia das Leis, é prioritária e dever do próprio Estado, porque se constitui em complementação da Lex Legu.

3 — Por outro lado, a Procuradoria Geral da Justiça, órgão vinculado ao Poder Executivo, também integrante da Se-cretaria da Justiça, tem seu Estatuto próprio preconizado no Artigo 26, parágrafo único, item 3, da Constituição Estadual, através de Lei Complementar.

4 — O Regulamento da Secretaria de Justiça, baixada pelo Decreto número 1533, de 23 de janeiro de 1976, ao estabelecer sua estrutura organizacional básica, colocou no mesmo plano

hierárquico, em Nível de Direção Superior, lado-a-lado, a Procuradoria Geral do Estado, a Procuradoria Geral da Justiça e a Procuradoria do Estado, junto ao Tribunal de Contas.

E, ao prevenir a competência dos 3 órgãos, vale frisar, dimensionou a importância de cada um e de todos, dando-lhes igual estatura, no Concerto da Administração Pública.

Mais ainda, o Artigo 50, do diploma aludido, recomenda a promulgação, por Lei Complementar, do Estatuto da Procuradoria Geral do Estado.

É que se pretende, Exmo. Sr. Governador, através desta humilde instrumento, que não representa, de modo algum, reparo à administração de V. Exa. da qual, os subscritos fazem parte, atuando em todas as suas áreas e setores. Significa, isso sim, se espera que assim seja entendido, a sugestão construtiva para a reestruturação legal, em obediência ao mandamento da Constituição, de órgão ao qual pertencem.

5. O Projeto de Lei Complementar, que acompanha este apelo, é dirigido ao elevado espírito de justiça e de sensibilidade humana de V. Exa. sobejamente demonstrados no trato com os mais sagrados interesses do Paraná, do seu laborioso povo e do próprio funcionalismo público.

Encerra, sem sombra de dúvida, o condão de promover o reconhecimento do verdadeiro valor da Procuradoria Geral do Estado e oferecer aos seus integrantes, um tratamento condizente com o seu trabalho, essa gama extraordinária de serviços desde as defesas judiciais, o assessoramento e a Consultoria Judicial, a todos os órgãos estaduais, até a assistência judiciária, aos menos favorecidos.

É o espírito desta despretençiosa mensagem, Exmo. Sr. Governador.

6. Desde que aprovado o projeto e transformada em Mensagem Governamental, "datíssima vênica máxima", Vossa Excelência terá atendido ao mandamento constitucional, dando estrutura à Procuradoria Geral do Estado e, por extensão, aos seus membros, tratamento igual e justo, na mesma hierarquia dos integrantes da Procuradoria Geral da Justiça, dentro da própria definição, oferecida pelo Regulamento da Secretaria de Estado da Justiça, do Decreto número 1533/76, já mencionado.

7. A paridade constitucional, Exa., adotada tão sabiamente pela Carta Magna, por certo, inspirou-se no princípio de que "não se pode e não se deve tratar desigualmente às igualdades" e, com sustento naquela primado, os signatários esperam — reiterando o que foi dito no preâmbulo que o presente seja recebido como um apelo ao espírito justiceiro do Governador de todos os paranaenses.

#### ITA SPERATUR".

Sobre este Memorial, assim manifestou-se a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná:—

"A Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, em reunião ordinária de seu Conselho, realizada a 5 de agosto do corrente ano, tomou conhecimento do memorial que o quadro do Pessoal da Procuradoria Geral do Estado encaminhou a V. Exa.

Unanimemente decidiu apoiar e acampar as justas e inadiáveis reivindicações contidas naquele documento, subscrito por mais de uma centena de seus filiados, nomes honrados e ilustres, aos quais a classe e o Governo do Estado do Paraná muito estão a dever por reais e inestimáveis serviços prestados.

Os advogados do Estado, Sr. Governador, enquanto não for elaborado o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado, através de Lei Complementar, de caráter prioritário, face o mandamento contido no Artigo 26, parágrafo único, inciso V, da Constituição do Estado do Paraná, — continuarão marginalizados sobretudo no que concerne à retribuição que lhes

dá o Estado, presentemente aviltante, emesquinhada, como foi, exatamente, pela inexistência de uma estrutura compatível com suas responsabilidades, no mesmo nível hierárquico da Procuradoria Geral da Justiça.

A paridade constitucional depende tão somente daquela lei complementar.

Na intenção de sensibilizar V. Exa. para um problema da magna importância, que envolve os altos interesses de seu Governo, aproveito-me do ensejo para apresentar-lhe Respeitosas Saudações".

Em torno da questão, igualmente as pronunciou a Associação dos Magistrados do Paraná, que afirmou:

#### "Senhores Advogados:

Apraz-me acusar o recebimento do expediente subscrito por Vossas Senhorias, acompanhado de memorial dirigido ao Exmo. Sr. Governador do Estado, reivindicando melhor retribuição pelos reconhecidos serviços prestados à Administração Pública, como integrantes da Procuradoria Geral do Estado e solicitando, desta Associação, apoio que reputam valioso.

Na verdade, senhores advogados, a Associação dos Magistrados do Paraná, como os senhores Juizes em particular, tem sabido avaliar o empenho e dedicação de todos quantos militam na douta Procuradoria Geral do Estado, principalmente, na esfera judicial.

Por outro lado, sensível aos problemas que afetam tão dignos profissionais, esta entidade não poderia deixar de testemunhar todo seu apreço a solidariedade, certa que o eminente Chefe do Poder Executivo haverá de propiciar solução adequada.

Bem por isso, senhores advogados, cumprindo resolução da Diretoria da Associação dos Magistrados do Paraná, transmito-lhes, e a todos que mourejam em tão importante órgão da Secretaria da Justiça, estas manifestações que espero traduzam o pensamento de todos os senhores magistrados do Paraná".

E, como poderia deixar de ser, também este Poder hipotecou seu apoio à legítima reivindicação dos advogados a procuradores do Estado, ao aprovar, na 117a. Sessão Ordinária, realizada em 23 de setembro de 1976, requerimento que subcreví, através do qual se solicitou:

"... O envio de ofício ao Exmo. Sr. Governador do Estado solicitando o encaminhamento a esta Assembléia Legislativa, com urgência, do anteprojeto de Lei Complementar que dispõe sobre o Estatuto da Procuradoria Geral do Estado, que lhe foi remetido, através de Memorial, pelos advogados e procuradores do mencionado órgão".

Todavia, a providência requerida pelos integrantes da Procuradoria Geral do Estado não obteve acolhida junto ao Chefe do Poder Executivo, que até hoje não remeteu à Assembléia Legislativa o aludido anteprojeto de Lei Complementar.

Tal providência, aliás, já era reclamada especificamente no texto do Decreto 1533, de 23 de janeiro de 1976, baixado pelo Governador do Estado para aprovar o Regulamento e a estrutura da Secretaria da Justiça.

O Art. 50, do mencionado diploma legal, dispõe que,

"Fica mantida a atual estrutura administrativa da Procuradoria Geral do Estado e respectivo regulamento baixado pelo Decreto 11.115, de 18 de março de 1963, até que na forma do item quinto do parágrafo único do artigo 26 da Constituição do Estado do Paraná, seja promulgado, por Lei complementar, o Estatuto próprio que deverá abranger todo o assessoramento jurídico

da administração direta do Estado.”

Ainda assim, como se disse, o Poder Executivo permanece inerte, malgrado o seu Chefe tenha reconhecido expressamente, pela via legislativa, há mais de um ano, que a medida pleiteada se impunha como exigência inquestionável da Constituição do Estado.

Ora, se as manifestações da OAB e Associação dos Magistrados do Paraná, bem assim a da Assembléia Legislativa, ao lado do indubitado reconhecimento da imperiosidade da medida proclamada pelo Decreto 1533, não lograram êxito no sentido de movimentar o Chefe do Poder Executivo, urge que se recorra a um expediente que, ao menos quanto à forma, revele eficácia para esse mister.

É por essa razão que se oferece a presente emenda, cujo escopo, a merecer sanção a idéia concretizada no dispositivo sugerido, é o de compelir, a prazo certo, por força da lei ordinária, o Governador do Estado a encaminhar o Anteprojeto da Lei Complementar prevista no Art. 26, parágrafo único, ítem 5, da Constituição do Paraná.

Cria-se assim, uma obrigação específica e prazo estipulado, que, ao contrário do Decreto 1533 que só reconhecia a necessidade de ser desencadeado o cumprimento do preceito constitucional, importa em exigir um comportamento positivo do Chefe do Poder Executivo, o qual não poderá elidí-lo, em princípio, senão por via da própria Assembléia Legislativa.

Não se pode, validamente, opor à emenda vício de inconstitucionalidade, pois como deflue flagrantemente do texto do dispositivo — “O Poder Executivo encaminhará à Assembléia Legislativa, no prazo de sessenta (60) dias, contados da data de publicação da presente lei, anteprojeto da Lei Complementar de que trata o Art. 26, parágrafo único, ítem 5, da Constituição do Estado do Paraná” — não há nenhum comprometimento no que concerne ao poder de iniciativa.

É que a matéria nela compreendida não está incluída no rol daquelas que, pelo vigente texto constitucional, escapam à competência do Legislativo dar início ao respectivo processo de elaboração (Art. 25 § primeiro, a,b,c,d, da CE) ou as que implicam em aumentar a “despesa prevista: (a) nos projetos de competência exclusiva do Governador; (b) naqueles relativos à organização dos serviços administrativos da Assembléia Legislativa e dos Tribunais Estaduais” (Art. 25, § segundo, da CE).

Apenas para argumentar, poder-se-ia referir que, face a matéria contida na emenda, é o Chefe do Poder Executivo o juiz da conveniência da oportunidade de dar início ao respectivo processo legislativo, pelo que a Assembléia estaria, no caso, usurpando-lhe tal condição ao impor prazo para a remessa de Anteprojeto de Lei.

Contudo, esse seria um entendimento “a priori” do problema, que não tem o condão de impedir a tramitação e aprovação da emenda.

É que, “a posteriori”, quando o projeto, e nele integrado a emenda, for submetido à apreciação do Chefe do Poder Executivo, cabe-lhe, então, julgar se a oportunidade prevista — o prazo que se fixa — é conveniente ou não.

Motivo não há, pois, para a Assembléia Legislativa realizar esse julgamento antecipado, que seria, ademais, verdadeira usurpação.

Ora, se o Governador do Estado tem para casos como esse o arrimo do Art. 28, § primeiro, da Constituição Estadual, e com base nele poderá vetar o dispositivo que entenda inconveniente, nada justifica um procedimento negativo da Assembléia em relação à emenda.

Pelas razões expendidas, espera-se que o egrégio Plenário aprove a emenda proposta, reiterando assim posição anterior que já manifestou sobre a matéria.

Com isto, far-se-á justiça àqueles que, no desempenho

de sua atividade profissional, outra coisa não tem feito senão garantir ao Estado que se lhe dê justiça nas causas em que é parte.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A agricultura paranaense foi colhida ontem com duas ordens de surpresa:

1) a do acréscimo de apenas Cr\$ 20,00 por saca de trigo.

2) o confisco de 7 por cento sobre a soja exportada.

Em verdade, a fundamentação do objetivo desse confisco, que é o subsidiar a indústria brasileira de farelo, de modo a impedir que o farelo alcance preços exorbitantes, com repercussão no mercado de aves e ovos, merece ser encarada com realismo, com senso prático.

Percebe-se da parte do Governo propósitos elevados como os de reabrir o financiamento de tratores, o da redução do custo dos juros bancários, e no terreno do operariado as férias de 30 dias com todas regalias, sem falar ainda na grande campanha para o fornecimento de alimentação para os empregados nas pequenas, médias e grandes indústrias, com participação efetiva do poder público.

Isto posto, e ainda por considerar como fato consumado, o Deputado que este subscreve, requer, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, transmitindo veemente apelo no sentido de que os produtores de soja RECEBAM a mais estrita colaboração do Governo, para que os preços da soja sejam buscados no mercado internacional com certa margem de rentabilidade, pois só assim o produtor teria efetiva compensação por seus imensos capitais investidos na agricultura.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1977.

(a) ROSÁRIO PITELLI.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem tendo em vista a histórica conquista do título de hexa-campeão paranaense de futebol, conquistado pelo Curitiba Futebol Clube, na noite de ontem, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos e dos Anais desta Casa, um voto de regozijo ao autor dessa memorável campanha.

Pede que, uma vez aprovado, do registro seja levado ao conhecimento dos Senhores Evangelino Neves e Dr. José Alves Teixeira, do Conselho Deliberativo da agremiação campeã.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1977.

(a) ENÉAS FARIA E MUGGIATI FILHO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso dos direitos que lhes são conferidos por lei, e tendo em vista o arquivamento indevido de sua Proposição número 105/75, requer urgente desentranhamento da referida Proposição e sua competente colocação na pauta dos debates deste Parlamento.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1977.

(a) LÚCIO MACHADO.

## PROJETO DE LEI:

### PROJETO DE LEI NÚMERO 30/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.<sup>o</sup> — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR o lote número 03 da quadra número 75, do perímetro urbano do município de Itapejara do Oeste.

Art. 2.<sup>o</sup> — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1.977.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

#### JUSTIFICATIVA:

Os serviços telefônicos do município de Itapejara do Oeste, são executados através de uma rede monocal, já obsoleta, tendo em vista a demanda hoje verificada.

Nestas condições a TELEPAR — Companhia de Telecomunicações do Paraná, atenta ao problema, pretende construir uma Central de Serviços, com a instalação de diversos telefones já adquiridos por particulares e Serviços Públicos, que darão à comunidade o conforto e a segurança que o progresso verificado no município está a requerer.

Assim sendo submetemos a elevada apreciação de nossos pares o presente plano de lei.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Agricultura do Paraná sobre mais outro golpe do Governo, golpe que ceifa a pretensão de equilíbrio econômico no desenvolvimento da produção deste País.

Só ao o agricultor está sendo debitada esta distorcida política econômica do Governo.

O agricultor que, via de regra, está distante dos problemas da flutuação da economia internacional; o agricultor recebeu aquele golpe do Ministro Alysson Paulinelli à agricultura em Foz do Iguaçu, quando declarou que os agricultores deveriam vender o seu produto ao preço que na época, oscilava entre 60 e 65 cruzeiros.

Agora que um dos produtos paranaenses adquire uma posição de postura no plano internacional e que carrega divisas para o Estado do Paraná, não vemos o Governador do Estado, que é mero delegado do Governo Federal, que se fecha as portas dos Ministérios para atender a conversas reservadas quando deveria representar a pujança deste Estado, tomar medidas políticas de posição, medidas de Chefe de um Estado que é o maior exportador de produtos agrícolas deste País.

É constrangedor o momento, Srs. Deputados e não vi ainda que, com todo o respeito que tenho pelos Srs. Deputados da ARENA da região Oeste do Paraná, que representa 42 por cento dos produtos exportados nacionais, não vi ainda Ss. Exss. defenderem o agricultor da região.

No entanto, nas inaugurações, na presença das autoridades federais, são os primeiros a serem convidados.

E a imprensa interessada em menosprezar aqueles que defendem aqui os interesses maiores da agricultura que são sempre postergados.

E é lamentável, que nós cheguemos — e ainda hoje vi, no "Diário do Paraná", o Presidente do Banco do Estado afirmar:

"Somos particularmente otimistas quanto ao potencial de nossa terra; quanto à versatilidade e o poder de adaptação da nossa gente; quanto ao dinamismo, o bom desempenho de nossas instituições".

Realmente as instituições têm bom desempenho; tanto têm bom desempenho, que desempenha mais do que precisa desempenhar.

E confisca 7 por cento de um grande produto especulador do desenvolvimento nacional, que é o soja.

E disse o Ministro — que aliás o Conselho de Desenvolvimento Econômico, contesta com esta medida de confisco — disse ele, recentemente no Rio Grande do Sul, que não haveria o Governo de apreciar qualquer medida de confisco ao preço do soja e que flutuação desse preço no mercado internacional, refletiria sensivelmente na inflação do País.

"Como os produtores de soja costumam também ser plantadores de trigo", assinalou o Ministro da Fazenda, "A contrapartida foi o reajuste do preço mínimo do trigo, de 170 para 190 cruzeiros e 20 centavos, a vigorar na próxima colheita".

Eu, pessoalmente, não acredito no Ministro; e acredito também que os agricultores deixaram de dar crédito ao que ele fala.

Porque o Ministro da Agricultura já se desmentiu outras vezes e o Ministro da Fazenda já se desmentiu através das Simonetas.

Agora vem o problema do confisco do soja para compensar.

É um argumento falso.

Como o plantador de trigo pode ser compensado num preço se ele não foi compensado quando teve o prejuízo quando suas lavouras sofreram abrupta ceifa dos problemas climáticos que marginalizou o plantador de trigo?

É lamentável que o Governo, neste desatino do décimo terceiro ano da implantação do "Modelo Econômico", não tenha ainda achado uma filosofia que capacite, uma orientação econômica e social compatível com a expectativa nacional.

É lamentável, por outro lado, que os delegados do Governo Federal no Paraná, se recusem a representar o Governo; não tomem uma atitude compatível com o cargo que atualmente ocupam; cargo esse recebido como herança, vamos dizer, do Chefe do Governo paranaense.

É lamentável que o Governador não receba de V. Exa. uma postura adequada de Chefe de Executivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN, Sr. Presidente, Srs. Deputados: (LÉ):

"O Paraná recebe hoje, um dos seus homens públicos que mais se destacou na alta cúpula econômica do Governo Federal, o Dr. Karlos Rischbieter, novo Presidente do Banco do Brasil.

Entre as homenagens que o Estado presta a S. Exa. destaca-se o jantar de classes produtoras, hoje à noite.

A justa homenagem a um paranaense que tanto se afirmou no plano federal, é ampliada pelas mostras que o Dr. Karlos Rischbieter já vem dando, de objetividade exemplar, à frente do Banco do Brasil.

Como agente do Governo, o novo Presidente do Banco Oficial, já desempenhou missão delicada: conduzir as operações em torno da baixa da taxa de juros às empresas, que resultou na redução de alguns pontos percentuais no custo do dinheiro.

Ao mesmo tempo, o novo Presidente do Banco do Brasil, deu início à política de reforço de capital de giro das empresas privadas.

Vê-se que num mês de gestão, Karlos Rischbieter já imprimiu ao Banco do Brasil a mesma marca de vigor que caracterizou sua atuação — entre nós — no Banco de Desenvolvimento do Paraná — e ultimamente — na Caixa Econômica Federal.

As medidas já adotadas pela administração federal para

suavizar os controles sobre a economia são vindas por toda a Nação.

Elas vieram, de fato, afouzar uma situação embaraçosa.

Mas, não são suficientes para contornar o quadro difícil por que passa a grande maioria das empresas privadas nacionais de pequeno e médio porte.

Por uma conjuntura especial do Brasil, as empresas sempre sofreram escassez de capital próprio, vendo-se forçadas a recorrer a financiamento para tocar seus negócios.

A tal ponto que um líder empresarial disse que os empréstimos financeiros compõem um verdadeiro "capital de crédito" da empresa, financiando a geração de bens e serviços.

Daí porque o custo do dinheiro, a nosso ver, representa um peso sobre o valor da produção, resultando num valor inflacionário.

Reduzir o custo do dinheiro— através da rebaixa da taxa de juros — é medida de combate à inflação.

Da mesma forma como condenados o crédito fácil que leva à especulação, não concordamos como uma escassez artificial do crédito que sufoca a atividade produzida e empurra a inflação para cima.

Parece-nos que este ponto de vista está se fazendo vi-torioso junto às nossas autoridades econômicas.

A prova está na redução já anunciada para os juros bancários, se bem que ainda em base modesta.

Esperamos que o Governo Federal reforce esta linha, ampliando as facilidades de crédito para a empresa e programando novas reduções de juros, para que o Brasil consiga transformar seu potencial em poder econômico, atendendo a justa aspiração dos nossos patrícios que esperam dias melhores num País desenvolvido e com oportunidade para todos").

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(LENDO): "Assistimos, ontem, no Estádio Couto Pereira, um espetáculo de futebol realmente emocionante.

Vimos, naquela oportunidade, o povo de nossa cidade, os que ali compareceram, vibrarem com o esporte e com a decisão do Campeonato Paranaense de Futebol.

Devo, nesta oportunidade, congratular-me com o Coritiba Futebol Clube, especialmente com sua diretoria que, souberam demonstrar, no campo e fora dele, o bom entendimento.

Porém, é verdade que após o encerramento daquela disputa, quando o Clube que empresta o nome de nossa Capital, sagrou-se campeão, seus adeptos e torcedores invadiram o campo, como é e sempre foi natural, para comemorarem mais um título, do hexacampeonato.

Ficamos realmente alegres ao vermos o povo comemorar aquela festa bonita e meritória.

Mas, por outro lado, vimos cenas que decepcionaram o espetáculo.

A Polícia Militar do Estado do Paraná presente àquele acontecimento, para fiscalizar aquele acontecimento, infelizmente, não sei se pela irresponsabilidade de alguns elementos daquela Corporação, após o encerramento da partida chegaram a irritar grande parte dos espectadores, com alguns soldados com cães treinados por aquela Corporação, que começaram a forçar a saída, não dos que estavam dentro do campo a comemorar mas, começaram a forçar a saída dos que estavam a assistir à comemoração.

Vi e presenciei soldados instigarem os cães contra o povo presente, crianças, jovens, senhoras e homens viram o acontecimento.

Alguns jovens e, disto sou testemunha, tiveram suas

vestes rasgadas e alguns saíram até machucados.

Algumas crianças, junto com seus pais, ficaram assustadas e apavoradas com as cenas acontecidas.

Senti repúdio com o que vi e cheguei mesmo a abordar um dos soldados, perguntando-lhe por que haviam tomado aquela atitude?

E, a resposta, veio logo: — "Foi o Comandante que mandou".

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, requeiro à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio deste pronunciamento ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado do Paraná, para ciência do ocorrido."

Apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Gabriel Manoel.(PAUSA).

Não estando presente o Sr. Deputado inscrito, a Presidência, de conformidade com o que anunciou na tarde de ontem, no Grande Expediente, concederá 30 minutos para que o Dr. Derby Valente, Coordenador Geral da Campanha NOSSA CIDADE MAIS HUMANA, fale a este Plenário, sobre a significação do acontecimento.

A Presidência concede, portanto, a palavra ao Sr. Dr. Darby Valente, Coordenador Geral da Campanha NOSSA CIDADE MAIS HUMANA.

O SR. DERBY VALENTE — Sr. Ivo Thomazoni, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, demais membros da Mesa, Exmo. Srs. Deputados Estaduais, Senhoras e Senhores.

A Campanha "Nossa Cidade Mais Humana", já divulgada amplamente, para que todos os paranaenses e particularmente o curitibano, tome conhecimento de que há um movimento popular montado numa campanha cívico-comunitária, que está preocupada com o alarmante número de acidentes com mortes em Curitiba.

Nenhuma outra doença em Curitiba alcançou o estorrecedor índice de 88 mortes por mês, dentro da nossa cidade.

E este foi o índice alcançado em fevereiro, 88 patrícios e irmãos nossos, curitibanos, pais de família, homens produtivos, estudantes, sobretudo na faixa etária dos 19 aos 29 anos, vieram a perecer no trânsito louco de Curitiba.

Isto pode, até certo ponto, parecer indiferente, muitas pessoas poderão até não estar muito preocupadas com o que estou falando neste instante, enquanto não sentirem na sua própria carne o problema, como nós sentimos.

Quando o sangue do nosso sangue estiver correndo na sarjeta, por um louco atrás de um volante, então, nós sentiremos, então, nós daremos valor, então nos preocuparemos com este trânsito lamentavelmente maluco em Curitiba.

Hoje ainda, e acidentes com morte, hoje, nas últimas 24 horas; há uma semana atrás uma estudante universitária, ao sair da Faculdade de Filosofia, em plena Rua 15, na altura da Reitoria, foi pega e morreu lamentavelmente num acidente de trânsito.

Em que velocidade decia estar este carro, com tantos semáforos de esquina em esquina, uma das cidades de mais semáforos em todo o Brasil?

A princípio desnecessários, não havia necessidade de tantos semáforos.

Entretanto, nem com estas notícias nem com as lombadas, outro sinal de subdesenvolvimento, andamos pelo mundo e não vimos lombadas em lugar nenhum, só no Brasil, ainda assim, os estudantes, particularmente ao saírem das escolas no horário das 11 às 13 horas, é a maior incidência como também no final da tarde, horário de maior incidência nos acidentes de atropelamentos com mortes.



Dadas estas declarações, que não são nossas mas são colhidas todas em estatísticas feitas pelo Instituto de Pesquisas e Planejamento Urbano de Curitiba IPPUC, nós nos sentimos no dever de reunir, Governador, de Lions que somos, o Governador de Rotary que aqui comigo está presente, o Dr. IVO ARZUA PEREIRA, ex-Prefeito de Curitiba, ex-Ministro da Agricultura, outras autoridades, as federações, todas elas, associações femininas em número de 37 e um incontestável número de colaboradores se reuniram a nós para desenvolvermos esta Campanha, intitulada "Nossa Cidade Mais Humana".

Nós vamos lançar esta Campanha, oficialmente no dia 29 deste mês, dia do aniversário de Curitiba.

E, este aniversário nós comemoraremos desta forma, dando do nosso trabalho, do nosso desprendimento, na frente dos Clubes de Serviço, juntamente com as demais entidades já mencionadas.

E agora, nossa presença nesta tribuna e nesta Casa de Leis, é justamente para pedir a cada Deputado aqui presente, que venha conosco dar da sua participação pessoal, da sua influência, do seu prestígio perante o público e se tornar como fator de multiplicação para ver se nós incutimos uma nova mentalidade, que é a humanização do nosso tráfego.

Lamentavelmente, uma cidade tão maravilhosa como a nossa, tão agradável, de se viver no aspecto físico, com seus problemas na maior parte solucionados, comparando-se com as grandes cidades do País e do exterior, que, entretanto, traz o vexatório campeonato mundial, recordista mundial de acidentes de tráfego.

Curitiba, lamentavelmente é a cidade que mais acidentes apresenta.

E, em razão disso é que nós viemos até a presença de V. Exa. para lhes transmitir que a população de Curitiba está levantando um clamor popular de contestação ao estado vigente do nosso trânsito.

Não são as leis que faltam; a legislação é abundante; não são as autoridades que são omissas.

As autoridades, cada uma no seu setor respectivo está apresentando o seu trabalho, com maior ou menor eficiência.

Mas, o que na verdade está imperando é uma falta de consciência e responsabilidade atrás de um volante.

O motorista quando está com o volante nas mãos, ele se torna um assassino em potencial, porque, lamentavelmente os acidentes de trânsito com morte não terminam em cadeia, ou não terminam com punição.

Porque a morosidade da Justiça e a pena é tão pequena que chega a ser até ridícula.

A pena para quem mata, por homicídio culposo, depois de estar por um processo se arrastando meses ou anos, de preferência anos, ao seu final, a pena diz a lei, é de seis cruzeiros.

É até ridículo.

Mas a nossa campanha vai se desenrolar durante todo o ano de 1977.

É uma Campanha que está visando objetivos a curto, médio e longo prazo e, esses objetivos nós estamos alcançando, graças a Deus.

Aqueles a curto prazo já alcançamos, entre eles, as mulheres que estão participando da campanha, já estão trabalhando, julgando os acidentes no Conselho Deliberativo de Acidentes do DETRAN.

E vimos que a presença feminina naquele conselho é de um valor e de um significado muito elevado.

E esta é uma manifestação e um trabalho prático das mulheres que estão conosco.

Outras medidas a curto prazo já foram tomadas e eu não gostaria de roubar muito tempo dos Senhores.

As de médio e de longo prazo dizem respeito à instalação das caras de acidentes do trabalho, com julgamento sumário como se fazem nos países mais adiantados e que, não obs-

tante estarem criadas duas varas de acidentes de trânsito no Paraná e para Curitiba, lamentavelmente estas varas não foram instaladas por falta de espaço físico, de localização, de um local apropriado.

São afirmações que nós trazemos das autoridades judiciárias.

E a nossa campanha vem pedir que os deputados se associam a nós, e levantem as suas vozes, contra esta situação criada.

No dia 29 próximo, nós estaremos instalando esta campanha a partir da Praça 19 de Dezembro, numa passeata em que estarão presentes: estudantes, clubes de serviços, as federações participantes, alguns aleijados dos acidentes de trânsito de Curitiba, já nos confirmaram que estarão desfilando como protesto pela situação.

E em direção ao Centro cívico nos reuniremos às 10 horas da manhã, aqui na frente do Palácio Iguaçu, e com a presença de S. Exa. o Sr. Governador do Estado, S. Exa. o Presidente do Tribunal de Justiça, S. Exa. o Comandante da Quinta Região Militar, General Ruy Paulo Couto, S. Exa. o Prefeito de Curitiba, Dr. Saul Raiz, e o Presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Vereador João Batista Gnoato, juntamente com o povo e com as autoridades eclesásticas, elevaremos os nossos pensamentos e as nossas vozes a Deus, pedindo que esclareça a mente dos nossos homens públicos, que esclareça a mente dos nossos concidadãos; e em memória aos falecidos, realizaremos uma solenidade ecumênica, defronte ao Palácio Iguaçu.

Era esta a razão da nossa presença nesta tarde.

Para convidar a todos os Srs. Deputados; trouxemos o convite escrito também e vou pedir que a Mesa providencie para entregar a cada Deputado aqui presente.

Trouxemos também o programa, que está junto, do dia 29.

E pediremos enfaticamente a todos os Senhores, que se sensibilizarem com o problema, que não se calem, que juntem os seus esforços ao povo nesta campanha.

E vejamos se ao final de 77, teremos por fim, conseguido o objetivo que é humanizar o nosso tráfego.

Daí, a razão do nome da nossa campanha, "Nossa Cidade Mais Humana."

Ainda pedirei ao meu companheiro de coordenação desta Campanha, Ivo Arzua Pereira, que use do microfone, para transmitir outros detalhes desta campanha aos Senhores.

E pela atenção e pelo apoio que recebemos deste já, eu quero lhes dizer o nosso muito obrigado. (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência tem a satisfação de conceder a palavra ao Sr. Dr. Ivo Arzua Pereira, ex-Ministro de Estado, ex-Prefeito Municipal de Curitiba e atual Governador do Clube de Serviço do Rotary Clube, se desejar ocupar a tribuna, que o faça.

O DR. IVO ARZUA PEREIRA — Exmo. Deputado Ivo Thomazoni, DD. Presidente desta Assembléia Legislativa; Exmo. Srs. Representantes do povo.

Com muita humildade e com muita honra, é que nós, representante os clubes de serviços, o Dr. Derby, Lions Internacional, e eu Rotary Internacional, comparecemos a esta augusta Casa de Leis, para fazer este convite, a que ele já se referiu.

Nós, durante a nossa vida pública os Senhores todos sabem, aqueles que acompanharam aquele nosso trabalho nós demos muita importância às organizações voluntárias da cidade.

Nós trabalhamos durante os quatro anos da nossa gestão, ajudados, auxiliados por estas organizações voluntárias da comunidade.

Isto porque, nós partilhemos dos pensamentos daquele grande sociólogo e educador americano Thomaz Dewel, que dizia que as democracias verdadeiras, são aquelas que apresentam o maior número de organizações comunitárias ativas.

Vale dizer, organizações comunitárias que trabalham pelo povo, que trabalham pela cidade, que trabalham pelos seus semelhantes, que trabalham para que tenhamos uma vida melhor, que trabalham para que melhoremos a qualidade de vida em nossas cidades.

A melhoria da qualidade de vida nas cidades, é hoje o grande objetivo em todas as Nações desenvolvidas do mundo.

Nós normalmente tomamos por exemplo civilizações que cresceram vertiginosamente, aumentando a quantidade de vida.

Mas nos preocupamos muito pouco com aquelas que realmente se preocupam em melhorar a qualidade de vida.

Isto é, tornar a vida humana realmente humana; tornar o homem que vive nas grandes cidades, realmente mais feliz e não apenas dispondo de facilidades materiais.

Com estes objetivos o RotarY Clube, que foi fundado em 1.905, e representado por nós e o Lions Clube representado pelo Senhor Darby Valente, procuramos ajudar nossas comunidades, ajudar nossos irmãos a terem uma vida mais feliz, mais humana e conchamar o público que se levante a respeito do grande massacre que se realiza nesta cidade.

É um verdadeiro massacre, é um genocídio, é um dos maiores índices de acidentes do mundo.

Vemos diariamente, como testemunhou o dr. Darby Valente, o asfalto manchado de sangue em nossa cidade.

Se um criminoso adentrasse numa residência e esfaqueasse ou atirasse em seu dono, teríamos imediatamente toda a polícia atrás do criminoso.

No entanto, temos criminosos soltos em nossa cidade, matando impunemente e pouco ou quase nada se faz para coibir esses abusos.

Não temos certeza, nós como cidadãos de Curitiba, se nossas esposas, se nossos filhos regressarão à casa ao fim de uma tarde de trabalho ou de estudo.

É preciso que tenhamos a certeza de que mais dia, menos dia, teremos esta garantia de que eles voltarão ilesos ao lar.

Esta campanha que foi concebida como uma campanha verdadeiramente solidária, envolvendo como disse o Dr. Darby todas as organizações da comunidade, tem como Comissão de honra, os Chefes dos três Poderes do Estado — O Presidente da Assembleia Legislativa, o Governador do Estado e o Presidente do Tribunal de Justiça, além do Prefeito da cidade, do Presidente da Câmara e do Comandante da Região.

E possui uma coordenadoria central:

Coordenadores: DR. DERBY, o vice-Coordenador sou eu.

E nós temos assessores para várias especialidades.

Porque nós pretendemos que esta campanha seja global; quer dizer, que ela englobe, que ela considere problemas em todas as áreas que dizem respeito ao trânsito: seja policiamento, seja justiça, seja legislação, seja educação, seja infraestrutura urbana.

Esta campanha está abrangendo todos estes aspectos da segurança do tráfego.

Como o Dr. Derby, já disse, há medidas de médio, curto e longo prazo e pretendemos que elas se realizem no mínimo durante um ano.

Se houver necessidade, ela será extrapolada para um número maior de anos.

E medidas importantíssimas de educação dos motoristas.

Nós estamos conseguindo harmonizar três cursos distintos que se revelam na cidade, para a educação do motorista.

Nós vamos conseguir entrosar, harmonizar e aumentar o curso, para que realmente o motorista de táxi e de ônibus, cobradores de ônibus, motoristas de empresa de transportes, se conscientizem mais; sintam mais responsabilidade pela vida do próximo que está diariamente marchando nas ruas da cidade.

E pretendemos também, se de um lado os adultos que não quiserem se conscientizar, que não quiserem se tornar mais responsáveis pela vida do próximo, que além disso, aqueles adultos que devam ser punidos, o sejam.

Nós pretendemos que as nossas crianças sejam criadas num novo clima, num novo ambiente educacional.

Que as nossas escolas, no primeiro e no segundo ciclo, incluam uma matéria, uma disciplina talvez até junto com a disciplina de moral e cívica, sob o título: "Estudos de problemas urbanos".

Além de conscientizar a criança ou o futuro cidadão, líder dessas responsabilidades que ele tem para com sua cidade e para com seus concidadãos, que além desta conscientização sobre problema de tráfego, que ele se conscientiza sobre as responsabilidades que tem para com a cidade; que ele não quebre as árvores que o Prefeito manda plantar, com tanto sacrifício e com o nosso dinheiro, dinheiro pago pelos contribuintes, através dos impostos; que ele não jogue mais lixo nos cursos d'água, nos boeiros, agravando as enchentes de Curitiba; que ele não seja mais presa fácil dos traficantes de tóxicos; que ele não vá se tornar mais um marginal em nossa comunidade.

Este é um dos grandes objetivos da campanha, porque, se nós já temos nossa personalidade um tanto deformada e temos que fazer um esforço maior para alterá-la e nos adaptar às novas condições da cidade, temos que fazer com que os jovens, os novos cidadãos, sejam criados com uma nova mentalidade, com mais responsabilidade para com sua cidade, a cidade deles, de seus pais, de seus descendentes.

Eram estas, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Assembleia, as palavras que desejávamos dizer, pedir a todos os Srs. que nos apoiem, que todos compareçam a essa passeata, a esse culto ecumênico, porque Lions e Rotary não têm cor partidária não têm preferência por religião.

Não discutimos, em nossos ambientes, nem religião, nem política.

Reunimo-nos para uma maior confraternização.

Nós nos Clubes de Lions e Rotary, não fazemos política não tentamos atrair ninguém para nossas religiões.

De maneira que este movimento, sendo um movimento universal, sem cor partidária, sem marca de uma crença religiosa, é um movimento autenticamente comunitário.

E por isso, pedimos o apoio dos Srs. para que não só comparecendo a esta passeata, a este culto, mas também, com suas vozes, com seus poderes, intervenham junto às autoridades federais, junto às autoridades estaduais para que nossa situação seja melhorada, para que o policiamento seja mais efetivo, para que as punições sejam rigorosas, para que, amanhã, tenhamos uma Curitiba mais humana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Esta Presidência, em nome dos Srs. Deputados, deseja externar seus agradecimentos aos Exmos. Srs. Ivo Arzua e Derby Valente, Governadores de Rotary Internacional e Lions Club, respectivamente, pela oportunidade da explanação da Campanha "Nossa Cidade Mais Humana", ao mesmo tempo que enaltece a presença desses clubes de serviços ao lado das autoridades federais, estaduais, dos sindicatos, das associações de classe.

A Presidência comunica aos ilustres visitantes que, em sessão anterior a esta, esta Assembleia Legislativa aprovou um voto de congratulações aos promotores desta campanha, voto esse que teve aprovação unânime dos Srs. Deputados da ARENA e do MDB.

Comunica ainda a Presidência, que já determinou chegasse às mãos do Sr. Coordenador Geral da Campanha.

No horário destinado às Lideranças, concedo a palavra, por delegação do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, ao Sr.



Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O pronunciamento que vamos fazer na tarde de hoje talvez seja também uma das mais antigas reivindicações de um setor da economia do Paraná, que é a suinocultura.

Lembro-me que há alguns anos atrás, mesmo não sendo do Sudoeste ou do Oeste do Paraná, mas, quando por lá passava, era comum, ao transitar pelas estradas, quase em todas as casas das pequenas propriedades rurais daquela região, se ver e assistir ao desenvolvimento da suinocultura.

Hoje, passando por aquelas mesmas estradas, notamos aquelas pocilgas, aqueles ranchos ou até algumas casas para o tratamento dos porcos, quase que totalmente abandonados exatamente por falta de um apoio maior à suinocultura paranaense.

E nestes termos, Sr. Presidente, vamos ler um requerimento e que, se aprovado pelo Plenário, gostaríamos que fosse encaminhado ao Sr. Ministro da Agricultura.

Antes de ler o requerimento, é bom que se diga que está vazado em reivindicações de uma reunião realizada recentemente na cidade de Cascavel, onde se reuniram Sindicatos Rurais Patronais, Sindicato de Trabalhadores Rurais e a Associação dos Suinocultores do Oeste do Paraná. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Doutor ALYSSON PAULINELLI, Digníssimo Ministro da Agricultura, no sentido de:

I — estabelecer o sistema cooperativo com o fim específico de comercializar e industrializar a produção de suínos;

II — obter do PROGRAMA NACIONAL DA SUINOCULTURA um preço suporte para a produção suinícola;

III — elaborar uma política de incentivos financeiros e fiscais que favoreça a suinocultura, levando, para tanto, em conta, o seu significado na contextura dos meios de produção nacional;

IV — fazer com que o PROGRAMA NACIONAL DA SUINOCULTURA, conclua os seus estudos o mais breve possível e apresente ao Ministério da Agricultura um projeto viável, para solucionar o impasse em que se acha o produtor suinícola;

V — fazer com que o PROGRAMA NACIONAL DA SUINOCULTURA defina o problema da tipificação de carcaças, elaborando, para tanto, um quadro de classificações, em que o produtor e o classificador tenham segurança acerca da classificação emprestada às unidades submetidas à classificação para efeito de preço;

VI — submeter o problema à apreciação de técnicos no setor da produção suinícola, a fim de que possam opinar acerca das sugestões aqui expostas.

JUSTIFICATIVA:

1 — Os Sindicatos Rurais e os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais das Regiões Oeste e Sudoeste Paranaense, tendo como anfitrião o Sindicato Rural de Cascavel, presente a Associação Paranaense de Suinocultores, reuniram-se em conclave memorável, realizado na sede do Sindicato Rural de Cascavel, cuja reunião foi convocada com o fim específico de debater sugestões e encontrar soluções que deverão ser encaminhadas às autoridades competentes do país, em razão da crise por que atravessam as referidas regiões suinícolas, representadas no conclave por treze dos seus sindicatos de classe, cujos quadros associativos somam 45.773 associados.

2 — Na verdade, Sr. Ministro, qualquer solução que vise amenizar os problemas que de longa data afligem o suinocultor dessas regiões, poderá estar chegando um pouco tarde, pois o desespero em que se acha mergulhado o pequeno agricultor, ou seja, o chamado “Pequeno bolsão da pobreza rural”, que representa cerca de 80 por cento da mão-de-obra da agricultura

regional de índole suinícola, acha-se frustado diante da crise por que atravessa a sua reserva economicamente lucrativa.

3 — Os preços são impostos ao agricultor suinícola pelas indústrias do ramo. E, como não há um preço suporte, referidas indústrias exploram o produtor com a variação dos preços para menor, enquanto os insumos têm os seus preços elevados, provocando um desequilíbrio insuportável entre o preço da produção e o preço do produto colocado nas indústrias.

Isto acontece sobretudo por ocasião da safra do milho, ciclo que se estende de fins de fevereiro até julho de cada ano, quando os preços caem porque a produção está no auge. Mas, nos meses de outubro a janeiro, quando abaixa a produção suinícola, também os preços não sobem.

Assim, esse ciclo vicioso a que a Indústria do ramo submete o produtor suinícola, desestimula-o, pois explorado, envolvido em negócio sem rentabilidade, acaba desestimulado com prejuízos a uma melhor genética e tecnologia que teriam como consequência a uma melhor tipificação racial.

4 — Vê-se, o pequeno produtor suinícola, envolvido numa teia de aranhas: tem de vender o seu produto às indústrias locais ao preço estabelecido por elas próprias, sem qualquer base para suportar o custo da produção; não raro, é obrigado a adquirir das referidas indústrias os insumos necessários à produção, isto, pelos preços impostos por elas e que são os mais elevados possíveis, sempre sofrendo variações para maior.

Demais, o sistema de integração imposto por algumas indústrias, também não consultam os interessados digo os interesses da classe. Na realidade, este sistema tem como característica obrigar o produtor com todas as responsabilidades decorrentes do negócio, devendo entregar, a final, toda a sua produção à indústria a que está integrado, isto pelo preço que ela fixar, o que acontece quase sempre com as variações a menor, antes referidas. Todavia, os insumos necessários à produção devem ser adquiridos da indústria a que está integrado o produtor, isto, pelo preço fixado por ela, os mais altos sempre, e com variação a maior.

5 — Claro está que a revolta da classe é de todo justificável, eis que a continuar a atual política com relação ao suíno, a consequência natural será o completo abandono do negócio, acontecimento próximo dos nossos dias, a observar a marcha célere com que os produtores suinícolas estão a mudar de ramo.

Ora, sabe-se que a agricultura é um rico negócio para o Estado, basta ver a arrecadação sobre o setor no período 1969/1972 em relação a outras fontes tributadas.

Então, deve o Governo, através dos seus órgãos competentes, ingerir no negócio da suinocultura para salvá-lo, não só no interesse da classe, mas também no seu próprio interesse, a considerar que a zona de produção suinícola, que compreende os Estados do Centro-Sul do País, conferem ao Estado uma rentabilidade alta no setor.

6 — Provado está que a atual política com relação a suinocultura é ineficiente, por estar conduzindo o suinocultor ao abandono do negócio, face ao desequilíbrio entre o preço da produção e o preço do produto no mercado.

Impõe-se pois, diante do exposto, uma mudança radical dessa política, a fim de salvar a suinocultura.

Indiscutivelmente, a mudança da política com relação a suinocultura impõe-se o mais breve possível, a fim de salvar um dos importantes ramos da produção Nacional.

Ora, se acolhidas as sugestões acima enumeradas e outras melhores que os técnicos possam elaborar, sempre levando em conta o binômio melhoria zootécnica e preços condignos, o ciclo vicioso a que está submetido o suinocultor será necessariamente rompido.

SENHOR MINISTRO, diante das considerações expostas, os Suinocultores do Estado do Paraná, esperam das autoridades governamentais constituídas, que levem em conta, na solução dos problemas aqui referidos, as sugestões esposadas por

homens de experiência no Setor da Suinocultura de toda uma classe laboriosa e à Pátria que a servem, salvar um dos importantes setores da Produção Nacional.

Curitiba, Sala das Sessões, 23 de março de 1977."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, era este o requerimento que gostaríamos que os nobres Deputados aprovassem para que fosse encaminhado ao Sr. Ministro da Agricultura.

O Sr. Werner Wanderer - V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). - Deputado Lázaro Dumont, ouvi atentamente a leitura deste expediente ao Sr. Ministro da Agricultura. Nós, como representantes da região produtora de trigo e soja, região Oeste do Paraná, que tem como sua economia básica a criação de suínos, estaremos a favor da aprovação deste requerimento e fora isto, gostaríamos de entrar na questão do soja; acredito que o momento hoje é oportuno ainda mais quando há poucos momentos atrás ouvíamos atentamente o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino tecer críticas aos nossos representantes da ARENA, da região, dizendo que não viu deputado da ARENA defendendo o Sudoeste do Paraná. Queria contestar. Talvez S. Exa. não estivesse esta semana na sessão, no dia em que nós, num aparte que o Sr. Deputado Deni Schwartz nos concedeu, dizíamos que éramos frontalmente contra o confisco do soja, nós que representamos 42 por cento da produção do soja que era produzido no Paraná. Domingo, num programa de televisão de Mário Vendramel, reafirmamos ser frontalmente contra o confisco do soja. Fico chateado quando parece que só ele tem razão. Nós também defendemos e dissemos naquele dia que o preço do trigo não estava justo. Era 170, foi a 190. Ainda achamos que não está bom. Aqui está uma declaração que foi publicada na "Folha de Londrina" e gostaríamos que o Deputado Fidelcino Tolentino nos ajudasse nesta luta que nós vamos fazer para que o confisco do soja caia. Era este o aparte.

O SR. LÁZARO DUMONT - Agradeço o aparte e gostaríamos também, ainda esperançosos de que fosse apenas notícia de jornal o confisco sobre o soja.

Desta mesma tribuna, lamentamos esta medida governamental.

O Sr. Egon Pudell - Assisti com atenção o requerimento de V. Exa. que deverá ser encaminhado ao Sr. Ministro.

Quero dizer que este seu requerimento terá todo o nosso apoio. Verifiquei que V. Exa. solicita um preço suporte, ou seja um preço mínimo e isso é mais do que justo. E quero dizer mais, a V. Exa.. O Brasil hoje já é um País que entrou no mercado internacional de exportação, principalmente de carcaça de suíno. E, realmente na verdade há necessidade de diversificação da nossa lavoura, da nossa agricultura. O nosso agricultor não deve se ater tão somente na plantação de trigo e soja, o que acontece hoje, em quase todo o Oeste do Paraná. deve haver a diversificação. E, a melhor diversificação que o produtor de soja teria, seria a produção de suínos. Portanto, o vosso requerimento terá o nosso apoio.

E, quanto ao aparte levantado pelo Deputado Werner Wanderer, na sua questão, eu quero dizer a V. Exa. que nós sempre defendemos o agricultor. Acredito que o nobre Deputado Fidelcino Tolentino deve estar equivocado, ou no entusiasmo falou e se esqueceu que nós também somos do Oeste e temos defendido o agricultor e, particularmente, temos sentido na própria carne o que é a produção de soja. Nós também somos produtores de soja e de trigo e lamentavelmente e infelizmente, como já dissemos, sentimos em nossa própria carne os 30 por cento que a seca já colheu. Porque na produção de soja, deste ano, nós já perdemos no mínimo 30 por cento em todo o Paraná.

Agradeço o aparte que me concedeu V. Exa.

O SR. LÁZARO DUMONT - Agradeço a V. Exa. e todos nós, desta Casa, sabemos que tanto V. Exa. como o Depu-

tado Werner Wanderer que o antecedeu, são dois baluartes do Oeste paranaense a defender aquela região deste Estado, nesta Casa.

O Sr. Fidelcino Tolentino. - V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Vejo com alegria, que realmente e confesso que interpelei os nobres Deputados a tomarem uma posição no problema que vem polemizando a toda a classe produtora, sobretudo a agricultura no Paraná.

Considero-me compensado neste esforço porque vejo que reúne com mais veemência do que a costumeira as vozes destes Deputados. E disse, e realmente disse, porque numa conversa informal com o Deputado Werner Wanderer, nós discutindo o problema do preço do trigo, e eu acredito que ele não vá fugir, eu acredito, ele achava que seria melhor para o Governo importar do que custear ou suportar o preço do trigo.

Claro que em termos de custo poderíamos aventar esta hipótese. Mas não é este o problema. O problema é que nós precisamos aproveitar a terra já lavrada, já pronta para que se desenvolva o plantio e o cultivo do trigo, que é um produto que nós precisamos plantar. Não só por isso, mas para aproveitar também a terra que está preparada, para não ficar exposta à natural erosão que as chuvas causam.

Quanto ao preço do soja, dizia o Sr. Deputado - mas isto numa conversa informal - que era preciso subestimar o preço da soja para não elevar muito o preço do farelo e o preço do óleo de soja. Realmente foi esta uma conversa informal. Mas, me considero compensado porque se reúnem as forças para que a agricultura tenha, aqui nesta Casa, a defesa dos representantes do povo da minha região. Votarei em favor do requerimento de V. Exa., da suinocultura, porque é um dos aspectos que nós produzimos, de potencialidade na região Oeste do Paraná e vejo V. Exa. interessado realmente e com especialidade nos produtos agrícolas e de um modo geral pecuária e suinocultura.

Meus parabéns e votarei com V. Exa.

O Sr. Gilberto Carvalho - V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Lázaro Dumont, V. Exa. traz, nesta Casa, assunto de suma importância e nós estamos preocupados. Tivemos oportunidade de reclamar, muitas vezes, sobre o confisco cambial do café. Os nossos agricultores, depois das geadas, resolveram partir para a diversificação. A nossa região, em grande parte hoje está transformada no plantio de soja. Muitas pastagens estão preparadas hoje para o plantio do soja e do trigo. Muitos agricultores onerados com a compra de máquinas e implementos agrícolas, muitos nem conseguiram pagar ainda as suas contas, contas que fizeram para se dedicar ao plantio do soja. E nos surpreende agora, esta criação do confisco cambial, que veio assim, trazer um desestímulo ao agricultor, que tem sofrido bastante.

E se tivesse um plano, de voltar esta importância, direto ao agricultor, como se pensou em fazer no café, que estão fazendo, incentivando e dando facilidade para que renovem as nossas lavouras, no soja, eu não vejo nenhum benefício, na volta. Por isso, estou de pleno acordo e terá todo o nosso apoio, o requerimento que V. Exa. apresenta nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). - A Presidência comunica ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, que o tempo de que dispunha já se esgotou. Concedo-lhe mais um minuto para concluir.

O SR. LÁZARO DUMONT - Farei o possível, Sr. Presidente.

Também gostaria de ter podido abordar hoje, o que eu penso a respeito do soja, mas vou sintetizar o que eu penso em duas coisas bem em comum:

Quando nós desejamos tomar alguma coisa de uma criança, se ela está com algum objeto de valor na mão, normalmente, a gente usa uma bala. Se dá sempre uma coisa inferior

para agradar a criança, para se tirar aquele objeto. A mesma coisa fez o governo, antontem; deu-se vinte cruzeiros, que não é o justo, é muito aquém daquilo que o lavrador, o produtor do soja realmente desejava, com a única finalidade de ter como um uma justificativa, quem sabe, para se implantar o confisco cambial.

Chega-se àquele velho ditado, "dá-se com uma mão e tira-se com as duas".

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta a Liderança do MDB, se deseja ocupar o espaço que lhe é dedicado.

Com a palavra o Sr. Deputado Deni Lineu Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, gostaria de dizer que darei meu voto favorável ao requerimento do Deputado Lázaro Dumont, com relação à suinocultura.

Mas darei da mesma maneira que tenho dado outras vezes, quando aqui se discute coisas sérias, sem a esperança de que venha resultar em alguma coisa.

Juntamente com os Deputados Egon Pudel e Werner Wanderer, participamos há algum tempo, cerca de dois anos, de um encontro de suinocultores, e lá, recebemos a promessa de um plano de suinocultura para o Paraná. A suinocultura continua da mesma maneira. Comungo da surpresa do Deputado Gilberto Carvalho, e vou me pronunciar para demonstrar que neste País, sem política econômica definida, o País das simonetas, surpresa, é uma palavra que se usa no dia a dia.

Surpresa foi também, e está aqui na "Gazeta do Povo" de hoje, do Deputado Sérgio Cardoso de Almeida, da ARENA de São Paulo, que disse o seguinte:

"O confisco de 7 por cento sobre a soja, veio surpreender todos. Pois há dias, os Ministros da Fazenda e da Agricultura lhe haviam dito que nada havia neste sentido.

As palavras de Simonsen e Paulinelli, foram transmitidas aos produtores paulistas e à própria Federação de Agricultura. Agora não sei o que dizer".

"Depois dos desmentidos dos Ministros, da Fazenda e da Agricultura, a adoção do confisco, vai fazer com que os lavradores desconfiem da própria sombra".

São palavras do Deputado Federal Sérgio Cardoso de Almeida, da ARENA de São Paulo.

Mas não foi só ele que foi surpreendido. Foram também os Deputados gaúchos, os altaneiros gaúchos, quem neste momento quero render uma homenagem, pois graças a eles, que não são os bombeiros que às vezes só chegam quando o fogo já acabou. Ele há muito vêm reivindicando 220 cruzeiros por saca de trigo.

O Sr. Governador do Estado do Rio Grande do Sul também foi surpreendido e aqui estão as palavras dos gaúchos: "também os Deputados gaúchos mostram-se surpresos com a instituição do confisco sobre a soja. Uma vez que na semana passada o Ministro Mário Henrique Simonsen, havia garantido ao Governador Sinval Guazeli, do Rio Grande do Sul" — e vejam que o Governador foi reclamar isso: "que nenhuma medida seria tomada nesse sentido, sem que antes os gaúchos fossem ouvidos". Guazeli chegou a realizar uma reunião na segunda-feira, em Porto Alegre, com os dirigentes da Cooperativa da Soja para recolher sugestões e levá-las ao Governo Federal".

Vejam a diferença entre o Governo do Rio Grande do Sul e o Governo do Paraná.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte?

O SR. DENI SCHWARTZ — Um momento. Por isso, Srs. Deputado, quando repetimos, ontem, o que eu disse nesta Casa, — socializam-se os lucros e privatizam-se os prejuízos. Prejuízos que já se antevêm lá no Oeste, conforme há pouco dizia o nobre Deputado Ernesto Dal'Oglio, que se precisa abater da produção da soja, neste ano, cerca de 30 por cento, que já está compro-

metida pela longa estiagem. E neste momento, o lucro que viria para o Estado do Paraná, para seus produtores e para o Rio Grande do Sul e seus produtores, já vai ser dividido através do confisco, para que o homem do Rio de Janeiro, de São Paulo, através do subsídio, receba óleo mais barato. Mas eu pergunto: por que o Governo não procede também assim com relação a um produto que se encontra mais barato em Nova Iorque do que no Rio Grande do Sul, onde é produzido, como o calçado? O Governo quando trata com industriais os trata de maneira a protegê-los; quando trata com o homem do campo, quando trata com um Estado como o nosso, que depende da agricultura, o trata maltratando.

Por isso nós, que poderíamos e somos, em tese, favoráveis ao confisco, e, lembrando uma idéia do nobre Deputado Luiz Alberto, que ontem dizia: "por que não confiscar, mas para fazer a Estrada Guarapuava-Foz do Iguaçu, para trazer mais soja, trazer mais trigo? Por que não confiscar, então, para duplicar esta tão falada estrada Curitiba-Campo Largo? Quando se corta deste Estado, quando não se federalizam as Universidades e ainda se tira o lucro dos seus trabalhadores, se tira os impostos do seu Governo, nós não podemos calar."

Peço desculpas por não ter concedido o aparte. V. Exa. tem o aparte e me perdõe por ter demorado.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Obrigado, Deputado Deni Schwartz.

Em primeiro lugar V. Exa. nem o sabe, cometeu uma terrível injustiça contra o Sr. Governador do Estado. Eu posso testemunhar a V. Exa. que o Governador do Estado passou o dia de ontem, praticamente dedicado a persuadir as áreas econômicas do Governo Federal, de que não adotassem o confisco cambial. De maneira que fica assim eliminada esta insinuação de V. Exa. como de outros Deputados de que o nosso Governador não lutou por aquilo que V. Exa. considera os interesses legítimos do Estado do Paraná.

Como o confisco é matéria de caráter eminentemente econômica, eu admito que V. Exa. possa ter razão. Todavia, acho que se as considerações têm uma ligeireza e talvez até, — desculpe a expressão — alguma superficilidade.

Em primeiro lugar, é sabido que o aumento que se concedeu ao preço do trigo está muito acima do preço cotado internacional. Não faria sentido o Governo conceder melhor preço ainda, porque sabe que o preço do trigo no mercado internacional está muito abaixo de 190 cruzeiros.

Em segundo lugar, é preciso considerar, nobre Deputado, que quando o preço do soja não é considerado razoável, o Governo tem se solidarizado com os produtores, procurando manter o preço mínimo.

Portanto, o Governo é sócio no negócio. É válido, também, que o Governo se associe quando os negócios vão bem.

Ademais, sabe-se que o confisco será aplicado em favor do próprio soja e irá subsidiá-lo se o preço vier a cair, no mercado internacional. Não podemos tirar uma conclusão definitiva sobre a positividade, ou não, do confisco cambial.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do nobre Líder da ARENA e estaria de acordo se o confisco fosse, realmente, destinado a ajudar a agricultura brasileira.

Mas, exatamente cerca de 24 horas antes — de se estabelecer o confisco, e foi sob essa alegação, que se elevou o preço do trigo, a Comissão Interministerial de Preços, autorizava o aumento dos adubos.

Não vemos como o Paraná, como o Rio Grande do Sul, especialmente o Paraná, sejamos honestos ao admitir, onde o atual Governo dobrou as verbas para a agricultura; onde o Governo está a construir uma rede de estradas destinada a trazer o soja do Interior — com verbas do Governo do Estado —, isso é importante dizer, não vemos como o Paraná irá ganhar com esse confisco.

O Paraná é cortado em seus projetos. A Estrada de Ferro

Guarapuava-Foz do Igçau, é tirada do plano prioritário.

**O Sr. Luiz Roberto Soares** — V. Exa. permite um aparte?  
(Assentimento)

Proponho à consideração de V. Exa. um aspecto relevante com referência a essa matéria. Hoje, é vigente no País, que o Governo tem favorecido largamente o agricultor, em detrimento da vida urbana, que é onde se concentra o maior número de brasileiros. Eu que sou adepto do fortalecimento do mercado internacional, e não tenho nenhuma simpatia pelo modelo exportador, colocarei em consideração de V. Exa. a necessidade, às vezes, de o Governo tomar medidas como estas, para que o consumidor interno brasileiro não seja sacrificado em detrimento da sua qualidade de vida, em holocausto de um modelo de exportação. Isto parece-me ser um tema básico nesta discussão, nobre Deputado. Porque, na realidade o modelo exportador tem favorecido largamente a agricultura. As linhas de crédito são as mais generosas possíveis e o trabalhador urbano vive hoje dias de angústia em razão de se ter montado um modelo que não parece mais justo para a sociedade brasileira.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Eu concordo com V. Exa. com a não justeza do modelo exportador e devido a isto, o Ministro Severo Gomes foi demitido, porque defendia que a produção brasileira deve satisfazer, em primeiro lugar, ao nosso País. E aí nós concordamos.

Mas acontece, Sr. Deputado, que neste caso nós estamos, nós, Estado do Paraná, estamos sendo prejudicados porque em relação ao Estado do Paraná, os lucros que seriam deste, e dos seus produtores, irão subsidiar o óleo a ser consumido pelo trabalhador da cidade. Eu sou pelo subsídio e me pronunciei sobre isto, mas com o dinheiro do próprio Governo que irá se beneficiar com o soja que será exportado.

**O Sr. Luiz Roberto Soares** — V. Exa. há de concordar que somos paranistas e paranaenses, me parece que, em primeiro lugar o Brasil deve ser questionado como um todo.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Este Brasil como um todo. Eu admito desde que, realmente, fosse assim considerado. Mas nós, paranaenses, não estamos sendo considerados a não ser para trabalhar pelo todo.

**O Sr. Ernesto Dal'Oglio** — V. Exa. me permite um aparte?  
(Assentimento).

Nós nos congratulamos com seu profundo e brilhante pronunciamento, nobre Deputado Deni Schwartz, mas apenas não entendemos que este exemplo de confisco não tenha dado certo. Há poucos anos o Governo confiscava carne na exportação, 500 cruzeiros a tonelada. Depois baixou para 200 cruzeiros. E hoje, infelizmente, com este desestímulo ao pecuarista, nós estamos importando carne, não para consumo, mas para ser beneficiada, enlatada e exportada.

Dando assim oportunidade de diminuir a mão ociosa dos frigoríficos que existem em abundância.

Agora, começa com o soja. Porisso, achamos que não traz nenhum proveito. Só pode desestimular o produtor.

O preço mínimo que foi falado aqui, nós, até hoje, apesar de gostarmos da agricultura, não entendemos o porquê deste preço mínimo. Porque, preço mínimo, para mim, é o preço de custo, mais lucro. É como uma indústria uma peça que sai da fábrica. Nesta peça, é calculado seu custo mais o lucro.

Mas, para mim, o preço mínimo não tem uma base, o Governo deveria ter uma Comissão Especial para estudar o preço de custo de qualquer produto agrícola. E ele não o faz, não quer, foge disto. Em relação ao preço mínimo o Governo tateia, ou então se informa com entidades particulares que são sempre suspeitas. Não existe preço mínimo justo. E preço mínimo, para os produtos que são exportáveis, também não tem razão, de existir. Porque o preço mínimo do soja é 90 e poucos cruzeiros, nós vendemos a 200 cruzeiros hoje.

Se a casa de café está a 800 cruzeiros nós a vendemos a 5 mil cruzeiros.

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni).** — Esta Presidência lamenta informar que o tempo de V. Exa. dispunha já se esgotou, e portanto concede mais dois minutos para concluir.

**O Sr. Ernesto Dal'Oglio** — O preço mínimo dos produtos que não têm exportação, como a carne, o arroz principalmente, que é 95 o arroz, os produtores estavam vendendo há poucos dias a 50 cruzeiros a safra. Então ninguém pagava o preço mínimo. Então não tem justificativa, preço.

E, preço mínimo sobre o quê? Que produção?

Preço mínimo quando se produz 20 sacas por alqueire? Quando se produz 60 sacas por alqueire? Quando se produz 100 sacas por alqueire?

Qual é o preço mínimo?

Muito obrigado.

**O SR. DENI SCHWARTZ** — Concluo o meu pronunciamento e, ainda respondo o início do aparte do nobre Deputado Luiz Roberto, lendo um tópico do jornal Indústria e Comércio de hoje, dia 24, "Os produtores esperam que o Governo Jayme Canet assuma sua defesa. Não através do diálogo impenetrável a portas fechadas dos Ministérios; não pelas vias indiretas. Mas pela atitude franca e altiva. É a hora e a vez para quem se anuncia como novo líder. — (Com revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni).** — A Presidência tem a satisfação de registrar a presença, neste Plenário, do Sr. Aloísio Valérios, digno Prefeito Municipal de Palotina e, também, do Sr. Vereador à Câmara Municipal de Paracity, Lourival Guedes.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

**3ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei número 137/76, de autoria do Deputado Gilberto Carvalho, que declara de utilidade pública o Centro de Triagem e Obras Sociais do Vale do IVAÍ-CENTOS, com sede e foro na cidade de Jandaia do Sul. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

**2ª DISCUSSÃO** — do Projeto de Lei número 12/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagens Governamentais números 52/77 e 54/77, fixando a partir de 01 de janeiro do corrente ano, novos valores de vencimentos dos cargos efetivos e em Comissão do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, bem como dos integrantes da Polícia Militar do Estado. Com pareceres favoráveis da CCJ., e CRH., e Emenda Substitutiva da CCJ., por unanimidade e parecer favorável da CF., por maioria. — Em regime de urgência. — Em discussão.

**O SR. ACCIOLY NETO** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni).** — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

**O SR. ACCIOLY NETO** — Sobre a Mesa, foram lidas no expediente, emendas apostas a este projeto que V. Exa. coloca, neste momento, em discussão. Solicitaria da Presidência dos trabalhos, uma definição a propósito dessas emendas quanto à sua discussão e votação.

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni).** — A Mesa responderá a questão de ordem de V. Exa.

**O Sr. Luiz Alberto Oliveira** — Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni).** — Pela ordem, concedo

a palavra ao Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Gostaria também de conhecer o procedimento da Mesa, com relação à emenda proposta pelo nobre Deputado Accioly Neto e também por mim subscrita, com relação ao artigo 10 do projeto de lei do eminente Governador Jayme Canet Júnior, isto porque pretendo este Deputado fazer justificativa oral da emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência, regimentalmente, encerrada a fase de discussão, haverá de colocar em votação a matéria, artigo por artigo. Em assim sendo, na face de votação, os Srs. Deputados poderão falar no encaminhamento da votação, versando se pretenderem, sobre artigo por artigo a matéria em pauta. A questão de ordem do Sr. Deputado Accioly Neto, haverei de respondê-la em seguida.

Inicialmente, a Presidência, falará sobre a emenda número 01, subscrita pelo Sr. Valter Pietrângelo. Com respaldo do Artigo 25 da Constituição Estadual e nos seus respectivos parágrafos, a Presidência deixa de acolher a emenda do Sr. Valter Pietrângelo, porquanto: (Lê):

“A iniciativa das leis cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador e aos Tribunais Estaduais, nos casos previstos nesta Constituição. § 1º — É da competência exclusiva do Governador a iniciativa das leis que:

- a) disponham sobre matéria financeira;
- b) criem cargos, funções ou empregos públicos ou aumentem vencimentos ou a despesa pública”.

No caso presente, deixa de receber a emenda, porquanto modifica, altera as despesas constantes da mensagem original.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, o Deputado Valter Pietrângelo atende evidentemente, com maior conhecimento, a argumentação com relação à emenda que propôs. Apenas gostaria de colher da Mesa uma informação. Parece que anda bem a Mesa, não dando acolhimento a matéria inconstitucional e ilegal flagrantemente. Mas, de outro lado, a proposta, o projeto de lei, a proposta governamental, também laborou numa profunda e flagrante ilegalidade, exatamente no que respeita a este aspecto. Em razão do que, me parece deve ter surgido a emenda do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, procurando corrigir a ilegalidade flagrante, contida neste aspecto abordado, de iniciativa do Deputado. Como procederá a Mesa e como procederá a Casa, para sanar esta irregularidade?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Pela ordem). — Sr. Presidente.

Não sei se laborei em equívoco mas, segundo me foi dada a oportunidade de ver, a emenda do Sr. Deputado Valter Pietrângelo propõe aumento de uma determinada categoria de funcionários do Tribunal de Contas, não sendo, portanto, esta emenda saneadora de uma eventual possível inconstitucionalidade contida no corpo da Mensagem Governamental.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Este é o entendimento da Presidência. Se V. Exa. desejar recorrer da decisão da Mesa, V. Exa. terá respaldo regimental. Todavia a Presidência louva-se quanto à constitucionalidade e jurisdicionalidade do projeto, no Parecer emitido pela Comissão de Constituição e Justiça. Já foi objeto de votação em seu primeiro turno.

Concedo a palavra a V. Exa. para uma questão de ordem. O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, nós pretendemos efetivamente discutir a emenda para podermos detalhar as razões que a provocaram.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Não sendo recebida a emenda, não será objeto de discussão. A Presidência deixa de receber a emenda subscrita por V. Exa. pelas razões já anunciadas, por não ter respaldo constitucional, por ser frontalmente inconstitucional.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — V. Exa. acaba de informar-me que se nós recorrermos...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Se V. Exa. numa questão de ordem recorrer da minha decisão ao Plenário esta Presidência acatará a questão de ordem.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Perfeitamente, Sr. Presidente. Eu precisaria ter oportunidade de discutir a matéria se V. Exa. me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Não lhe concedo a palavra para discutir a matéria. V. Exa. está recorrendo da minha decisão à decisão do Plenário?

O SR. ENÉAS FARIA — Exatamente. Eu gostaria de fundamentar o recurso.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Perfeitamente. Eu desejava que o Sr. Deputado fosse objetivo na sua questão de ordem. A Presidência colocará em votação a sua decisão, com fundamento no artigo 125, do Regimento Interno: “Das decisões da Mesa”, deixando de aceitar qualquer Proposição cabe recurso ao Plenário, recurso requerido pelo Sr. Deputado Valter Pietrângelo. A Mesa colocará em votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, gostaria de encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Na fase da votação os Srs. Deputados que concordam com a decisão da Mesa permaneçam como estão. APROVADA a decisão da Mesa. REJEITADA a emenda.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a verificação de votação, solicitada pelo Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, com votação inversa. Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa, queiram levantar-se. (Pausa). — Os Srs. Deputados que rejeitam a decisão da Mesa, queiram levantar-se.

Vinte e quatro (24) Srs. Deputados aprovam a decisão da Mesa. Dezenove (19) Srs. Deputados rejeitam. REJEITADA A EMENDA, ou a sua acolhida.

Duas emendas subscritas, uma pelo Sr. Deputado Accioly Neto com o apoio regimental; outra pelo Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, com apoio regimental. É entendimento da Mesa que ambas não acrescem em despesas e portanto as acolhe.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Concedo a palavra, para uma questão de ordem, ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. poderia enunciar os termos da emenda do nobre Deputado Accioly Neto?

O SR. PRESIDENTE — O Sr. 1º Secretário fará a leitura da emenda número 03 — subscrita pelo Sr. Deputado Accioly Neto, com apoio regimental.

O SR. 1º SECRETÁRIO — (Lê Emenda número 03).

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Pelo mesmo fundamento, que a Mesa rejeitou e não acolheu, emenda do nobre Deputado Valter Pietrângelo, a mim se afigura de que também esta emenda, não deva ser acolhida.

Em primeiro porque, evidentemente a emenda do nobre Deputado Accioly Neto, invade competência exclusiva do Poder Executivo, que é o único juiz da conveniência e da oportunidade de se remeter uma lei estrutural que organiza um serviço seu, à Assembléia Legislativa do Paraná.

Ademais, esta emenda também não tem melhor sorte, consoante o que dispõe o nosso Regimento Interno, no seu Artigo 140 — § 5º:

“Não será admissível emenda substitutiva ou aditiva, é o caso, que não tenha relação direta e imediata com a matéria da proposição principal”.

Sob estes dois argumentos, eu requereria à Mesa que não acolhesse também esta emenda, embora reconheça no nobre

autor, propósitos mais elevados.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência acolhe a questão de ordem levantada por V. Exa., Deputado Luiz Roberto Soares, e respaldado portanto, pelo Artigo 140 do Regimento Interno, § 5º, deixa de acolher a emenda do Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente.

A respeitável argumentação alinhavada pelo nobre líder do Governo, não tem a meu ver, a menor procedência.

Data vênia, no entendimento manifestado pelo Deputado Luiz Roberto Soares, não cabem os dois motivos, que ele entende impeditivos, para que a Mesa receba a emenda proposta.

Do ponto de vista constitucional, não há absolutamente nenhuma invasão de competência. Não se está propondo um anteprojeto de lei complementar, de caráter estrutural.

O que se sugere através da emenda, é o estabelecimento de um prazo para que o Governador do Estado, remeta a esta Assembléia o projeto de lei aludido. Ocorre, Sr. Presidente, que realmente, é o Governador do Estado, o juiz da conveniência, da oportunidade de iniciar o processo legislativo, sobre matéria que diga respeito ao Poder.

Todavia esta conveniência, o Governador do Estado poderá examiná-la quando da apreciação do projeto. Já que lhe é facultada para estes casos, a utilização do Artigo 28, parágrafo 1, da Constituição do Estado que trata do Veto. Se entender o Governador que o dispositivo constante da emenda não convém aos interesses da administração, ele o vetará. E com isto manifesta a sua opinião. Não há porque a Assembléia se antecipar a este julgamento.

Com relação ao outro aspecto levantado, que diz respeito ao Regimento Interno, parece-me que o simples enunciado feito do Sr. Primeiro Secretário, do artigo que se pretende incluir na emenda, não elucidou o eminente Deputado Luiz Roberto Soares. O dispositivo da Constituição referido trata do Estatuto da Procuradoria Geral do Estado. Ora, o Projeto de Lei que se procura emendar, 112/77, trata de matéria pertinente a funcionalismo público. Portanto, parece-me que existe a mais absoluta afinidade entre o conteúdo da emenda e o objetivo do projeto.

Assim sendo, Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. o recebimento da emenda e portanto, o indeferimento da questão de ordem levantada pelo líder do Governo.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Para uma questão de ordem). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Regimento é muito claro em seu Artigo 140 quando diz que a emenda terá de ter relação direta e imediata com a Proposição. A Presidência parece-me estar com a razão. Ademais, eu argumentaria, para contraditar as considerações brilhantes do nobre Deputado Accioly Neto, que é possível, por exemplo, que o Executivo entenda que deve ser extinta a Procuradoria Geral do Estado. Não é uma hipótese absurda, se tiver uma alternativa para isto. Portanto, compete ao Executivo remeter uma mensagem — é sem dúvida absurda, clara e insofismável de competência do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência já havia decidido a questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Líder da Aliança Renovadora Nacional, considerando válida a argumentação respaldada pelo Artigo 140 em seu parágrafo quinto, todavia respeitando o Regimento Interno, deve também facultar ao Sr. Accioly Neto as prerrogativas constantes do artigo 125 do Regimento Interno, se desejar valer-se do recurso ao Plenário.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. o amparo neste dispositivo referido

que o Plenário se pronuncie acerca da questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Questão de ordem deferida.

Os Srs. Deputados que apoiam a decisão da Mesa, permaneçam como estão. APROVADA a decisão da Mesa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Deferida a questão de ordem. Vai se proceder a verificação de votação, que far-se-á por ordem inversa.

Os Srs. Deputados que rejeitam a decisão da Mesa, queiram levantar-se. Vinte e dois Srs. Deputados aprovam a decisão da Mesa. Vinte e um Srs. Deputados, rejeitam.

REJEITADA a emenda.

O SR. ACCIOLY NETO (Pela ordem). — Sr. Presidente, só queria perguntar a V. Exa. se foi computado o voto do Deputado Ivan Rüppel.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Foi computado: voto contrário à Mesa.

O SR. ENÉAS FARIA (Pela ordem). — Sr. Presidente, então parece-nos que a decisão da Mesa foi rejeitada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Absolutamente: 22 Srs. Deputados aprovaram a decisão da Mesa, 21, rejeitaram.

O SR. ACCIOLY NETO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — V. Exa. terá que encaminhar o requerimento, por escrito, à Mesa.

Mas, entende a Presidência que já é matéria vencida. (É encaminhado à Mesa o seguinte requerimento:)

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer na forma regimental, a adoção do processo nominal para a votação da questão de ordem dirigido por V. Exa.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1977.

(a) ACCIOLY NETO”

O SR. ENÉAS FARIA — (Pela ordem). Sr. Presidente, parece-nos que uma simples consulta ao Secretário resolveria o problema. Mas, poderemos proceder nova votação.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO — (Pela ordem). — Sr. Presidente, entende este Deputado que o resultado já está definido, não cabe nova votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS (Pela ordem). — Sr. Presidente, parece-nos que, nesta Casa, está se ferindo, constantemente o Regimento Interno da Casa. Foi constatado, por duas vezes, a votação. Portanto, já é matéria vencida.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — (Pela ordem). — Sr. Presidente, proponho que, novamente, se proceda verificação de votação, dispensando a votação nominal. Apenas verificação para dirimir dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência defere.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — (Pela ordem). Sr. Presidente, requeiro a chamada dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A chamada nominal só é feita quando se constata que não há quorum. Mas, tal não ocorre neste momento.

A Presidência volta novamente a colocar em votação a matéria. Posteriormente, colocará em votação o requerimento de autoria do Deputado Accioly Neto, sobre votação nominal. É este o requerimento que a Presidência colocará em votação.

Os Srs. Deputados que aprovam os termos do requerimento do Deputado Accioly Neto, pela chamada nominal, queiram conservar-se como estão. REJEITADO.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Deferido. Será feita a verificação de votação.



O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Accioly Neto queiram levantar-se. Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se.

23 Srs. Deputados rejeitam o requerimento do Sr. Deputado Accioly Neto e 21 aprovam. — REJEITADO o requerimento.

Portanto, validada a decisão da Mesa que poderá, em nova fase, colocar em votação a decisão da Mesa, desde que rejeitado o requerimento do Sr. Deputado Accioly Neto. Os Srs. Deputados que aprovam a decisão da Mesa em não acolher a emenda subscrita pelo Sr. Deputado Accioly Neto, permaneçam como estão. — APROVADA a decisão da Mesa.

A emenda do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, será objeto de deliberação do Plenário, no instante em que estiver em discussão, em votação.

Em votação o artigo 1º do presente projeto de lei.

Em discussão o Artigo 1º do Projeto de Lei 12/77. — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADO.

Em discussão o Artigo 2º. — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADO.

Em discussão o Artigo 3º. — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADO.

Em discussão o Artigo 4º. — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADO.

Em discussão o Artigo 5º. — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADO.

Em discussão o Artigo 6º. — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADO.

Em discussão o Artigo 7º. — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADO.

Em discussão o Artigo 8º. — Encerrada a discussão. — Em votação. — APROVADO.

Em discussão o Artigo 9º. — Encerrada a discussão. — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, para discutir. Pesa uma emenda sobre ele. O 9º é um artigo que não tem objeto.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — V. Exa. tem razão.

Em discussão e votação o Artigo 9º, ressalvada a emenda.

Em discussão o Artigo 9º. — Em votação. — APROVADO.

Em discussão a emenda apresentada na Comissão de Constituição e Justiça. Substitua-se a redação do Artigo 9º pela seguinte:

“Artigo 9º — No cálculo para a apuração das majorações decorrentes da presente Lei, onde couber, serão desprezadas as frações de cruzeiro. Substitua-se na parte final da tabela...

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Esta já é outra emenda, Sr. Deputado. São duas emendas aprovadas na Comissão de Constituição e Justiça.

A primeira com relação ao Artigo 9º que V. Exa. acabou de ler.

A seguinte é objeto de Mensagem aditiva do Exmo. Sr. Governador com referência ao anexo 1º do Poder Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Muito embora a Comissão de Constituição e Justiça houvesse enumerado ambas, como o número 02, a Presidência reconhece que V. Exa. tem razão.

Em discussão a emenda que acabou de ser lida pela Presidência, aposta ao artigo 9º. Em votação, a emenda. — APROVADA.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Só para esclarecer e elucidar a indagação, o artigo 9º que nós estamos em votação é referente à emenda que V. Exa. anunciou? Só artigo 9º? Ou, prosseguindo na emenda, porque me pareceu que V. Exa. leu além do artigo 9º que se propõe modificar, mais outra coisa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Será objeto de apre-

ciação em seguida.

Aprovada a emenda proposta na Comissão de Constituição e Justiça referente ao artigo 9º, a emenda substituirá a redação do artigo 9º, anteriormente aprovado. Fica, portanto, validada a redação da emenda proposta e aprovada pelo Plenário.

Esta Presidência colocará em discussão emenda aditiva encaminhada pelo Poder Executivo — “substitua-se na parte final da tabela VI, do anexo I, do referido anteprojeto, as expressões: 30 — Cr\$ 4.493,00, por 30 — Cr\$ 4.943,00”.

Em discussão.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Para indagar da Mesa, se no processo de votação, a que estamos submetidos, vamos deliberar sobre os anexos ou, os anexos já estariam aprovados, aprovando-se o corpo da lei.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Os anexos estariam aprovados.

O SR. ENÉAS FARIA — Não se deliberará, portanto, especificamente sobre os anexos?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Isto é parte integrando do artigo 1º já aprovado por esta Assembléia, salvo a alteração que está sendo objeto de discussão.

Em discussão a emenda aditiva da Comissão de Constituição e Justiça. — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Apenas porque pesa sobre este nível 30, eu quero manifestar, tão somente, que houve uma injustiça da Presidência e, questiono o douto Plenário, quando rejeitou a emenda do nobre companheiro Valter Pietrângelo que tinha a mesma finalidade, só que em questão de números, se divergiam. Mas esta, o nível 30, muda o “quantum” afixado.

Eu entendo que foi um erro mas, a questão formal do encaminhamento, me parece...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência

esclarece V. Exa. que a inconstitucionalidade residia na iniciativa. Esta emenda que estamos votando com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça é consequência da Mensagem número 54/77 do Poder Executivo que aditando o anteprojeto de lei anexo à Mensagem 52 de 4 de março, na mesma data encaminhada a esta Assembléia Legislativa, solicita o Chefe do Poder Executivo as providências que se fazem necessárias no sentido de que sejam substituídas na parte final da tabela VI, do anexo I do referido anteprojeto de lei, as expressões pela Presidência dadas a conhecer no Plenário.

Portanto, não há vício de inconstitucionalidade, porquanto foi atendida a prerrogativa de iniciativa, no caso, o Poder Executivo.

A Presidência esclarece que esta emenda é oriunda do Poder Executivo.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Perfeito. Nobre Presidente, eu apenas quero deixar nos Anais da Casa, a certeza e também para não ferir um princípio que a gente tem adotado, de ponto de vista pessoal, de violentar texto constitucional. Sei, faz parte da Comissão de Justiça, mas era para ficar esclarecido nesta questão hoje levantada.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação a emenda.

Os Srs. Deputados que a aprovam queiram permanecer como estão. — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Apenas para trazer uma lembrança a esta Casa. O Sr. Governador do Estado, dotado de uma

ampla e boa assessoria, mesmo assim laborou em erro, mandando para cá uma mensagem que teve necessidade de ser corrigida e o está sendo através de aditamento da mensagem, por iniciativa do Sr. Governador, reconhecendo assim que em determinado momento o Executivo, apesar de todo o arsenal de assessoria, cometeu o lapso que cometeu. Mas, ocorre, Sr. Presidente, que um outro lapso está ocorrendo no que diz respeito a algum fato contido nestas tabelas e o que era efetivamente objeto da mensagem. do eminente Deputado Valter Pietrângelo e aqui mais do que isto, Sr. Presidente, porque no aditamento que fez, de objeto da emenda que estamos deliberando, que corrigiu apenas uma simples e minimizada questão de fração de cruzeiros aqui, ou quase isso, aqui se comete uma injustiça das mais graves, não só no aspecto pecuniário porque prejudica, porque irá prejudicar e prejudicará efetivamente alguns funcionários mas, principalmente de estrutura funcional, porque inclusive numa inversão que não se justifica e que a mim me parece até ilegal, está a frustrar a capacidade que teria o funcionário de evoluir na sua carreira, de alicerçar-se na estrutura funcional. Aqui ocorre inversamente o errado, o oposto, se está rebaixando o seu funcionamento, porque se se o rebaixa no seu vencimento, se o está também discriminando de toda a sua atividade funcional, quero objetar, Sr. Presidente, e quero com isto apelar ao eminente Líder da ARENA que pesquisando a matéria, levasse este apelo ao Sr. Governador e, quem sabe ainda em tempo se adotasse esta emenda, para se corrigir injustiças e ilegalidades. No Tribunal de Contas existe uma estrutura funcional marcada pela Lei 6117, de 20 de junho de 1970, ainda em vigor e ainda produzindo efeitos. Nesta estrutura, no quadro de funcionários em determinada parte no seu anexo 3, trata do quadro próprio do corpo instrutivo do Tribunal de Contas para estabelecer que algumas determinadas categorias funcionais, têm o mesmo nível e a mesma simbologia e têm, conseqüentemente, o mesmo vencimento. Agora, nesta nova lei, que não derroga, não invalida a lei anterior, se está atribuindo vencimentos iguais, digo, desiguais a funcionários que pertencem ao mesmo nível e dotados da mesma simbologia. É o caso citado pelo Deputado Valter Pietrângelo de Auxiliares de Tesoureiro, de Secretário do Presidente, de Secretário de Delegado, de Assistente de Delegado, de Motorista. A lei é igual. Todos eles dispoem de níveis, símbolos e vencimentos iguais. Na lei que estamos votando, na Tabela que estamos aprovando se estabelece que todos eles permanecerão no mesmo nível, com o mesmo símbolo e receberão tratamentos desiguais, receberão vencimentos desiguais.

Até me parece e por isso eu invoco que, se conseguíssemos a tempo abordar esse lapso estaríamos, eminente Deputado líder do Governo nesta Casa, estaríamos colaborando com o Estado e o Poder Público e até estaríamos propondo economia, porque se evitaria um procedimento judicial para que esses funcionários se vissem reintegrados na condição que esta Assembléia e o Governo pretendem imprimir.

Era apenas para fazer este comentário e dirigir este apelo Sr. Presidente — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Na fase de votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, parece que a Mesa está adotando o critério de votação artigo por artigo, na sequência da colocação. E o anexo que vem “a posteriori”?

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — O entendimento da Mesa, perdoo-me, Sr. Deputado, é de que, aprovado o artigo 1º, conseqüentemente se aprovarão os anexos.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Nós estamos no artigo 9º, Sr. Presidente.

Aliás, esse me parece que está sendo votado esta parte, porque ela se encontra composta numa mesma emenda. Faz

parte de um conjunto que haveria de ser duas emendas, e foi colocada pela Comissão como se fosse uma emenda. Parece que foi esse o problema.

Mas como se trata de coisas diferentes, pelo menos do ponto de vista formal, eu acredito que seria oportuno lembrar que deveria constar do anexo que viria depois da votação dos artigos, cada um de per si.

É uma contribuição que ofereço à Presidência nesta questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência fará a leitura, para V. Exa., do artigo 1º, já discutido e votado por este Plenário. — (Lê o artigo 1º).

Portanto, a Presidência considera aprovados os Anexos, claro como afirmou no início, ressalvadas as emendas e a emenda é que é objeto de votação. Faz parte do anexo já aprovado. — Continua em votação.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra V. Exa.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentavelmente, Sr. Presidente, não há dispositivo regimental que nos faculte encaminhar a votação de matéria, quando recorremos ao Plenário da decisão da Mesa.

E por isso, Sr. Presidente, não pudemos expor mais detalhadamente as razões que nos levaram a propor a emenda rejeitada para a tabela VIII, dos Cargos da parte Suplementar do Tribunal de Contas do Estado.

Disse bem, Sr. Presidente, o Deputado Enéas Faria quando se referiu a Lei 6117, de 1970.

Realmente, o Poder Executivo aqui, Sr. Presidente, violenta a própria lei. Eis que ela estabelece as funções de auxiliar de tesoureiro, Secretário do Presidente, Delegado, Assistente de Delegado, Bibliotecário, Arquivista, Motorista.

Todas estas funções, Sr. Presidente, classificadas no nível 19, e ainda Sr. Presidente, na Lei 6763, e para isto nós pedimos a atenção do nobre Deputado, Líder da bancada da ARENA. No dia 24/12/75, quando o Governador do Estado através do Decreto 1417 publicado no “Diário Oficial de 29/12/75, estabeleceu a nova tabela de vencimentos que passou a vigorar a 01 de janeiro do ano passado.

Ora, Sr. Presidente, nesta lei, neste Decreto, S. Exa. efetivamente, foi coerente, e atuou de forma moral, Sr. Presidente. Quanto concedeu a essas sete funções classificadas no nível 19, exatamente, a mesma importância, ou seja naquela época, majorou os vencimentos para 2.226 cruzeiros. Basta, Sr. Presidente, consultarmos o projeto de lei que efetuou a majoração dos vencimentos, nos quadros do pessoal do Estado, para o ano de 1976.

E agora, Sr. Presidente, aqui nós recebemos uma tabela, a tabela VIII — que estabelece para a função de auxiliar de tesoureiro, pertencente ao nível 19, a importância de 3.339 cruzeiros.

Para a função de Secretário do Presidente, do nível 19, 3.339 cruzeiros; para a função de Delegado, do nível 19, 3.339 cruzeiros. Para a função de assistente — de Delegado, nível 19: 3.339,00. E agora, Sr. Presidente, é que se estabelece a discriminação.

Quando para o cargo de Bibliotecário, também do nível 19, se estabelece a importância menor, de 2.893 cruzeiros.

Para o cargo de motorista também do nível 19, a importância de 2.893 cruzeiros; e para a função de arquivista, também constante do nível 19, a importância de 2.893 cruzeiros.

E por isso, Sr. Presidente, que na justificativa que acompanha a nossa emenda, nós procuramos aqui, evidentemente, entendendo que não é competência de nossa iniciativa, as matérias que aumentam a despesa pública, entender que a Secretaria

dos Recursos Humanos, que o Poder Executivo, laborou em equívoco, Sr. Presidente, cujo equívoco, nós pretendíamos corrigir neste Plenário.

Porque, Sr. Presidente, se realmente, não entendemos que esta atitude, tenha sido um equívoco do Poder Executivo, teremos que concordar, que é uma atitude discriminatória, injusta, imoral e ilegal, por parte do Poder Executivo.

É por isto que, Sr. Presidente, pretendemos corrigir e apelamos, se ainda houver possibilidade nesta Casa, à Liderança do Partido Majoritário, que permita que as funções de bibliotecário, motorista e arquivista, como as 4 outras deste nível 19, tenham o mesmo ou seja, em vez de 2.893,00, tenhamos 3.339,00.

Para que, Sr. Presidente, esse aberrante equívoco, entre aspas, por parte da Secretaria dos Recursos Humanos do Poder Executivo, seja separado.

Ou então, Sr. Presidente, nós fazemos um apelo, como fez também o nobre Deputado Enéas Faria, para que o Poder Executivo, com emergência, remeta a esta Casa, uma matéria que corrija este injustiça.

Esta é a questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES. — Para encaminhar a votação.

A Liderança do Governo e da Arena, evidentemente acolhe com a maior boa vontade, o apelo que faz o nobre Deputado Valter Pietrângelo, no sentido de que seja revista a posição em causa.

Pretendo entrar em contacto com o Sr. Secretário dos Recursos Humanos, para que elucide este problema levantado por V. Exa.

Todavia, comunico ao nobre Deputado que a Tabela 8a. que faz referência ao Artigo, relaciona cargos que, por lei anterior, serão extintos.

Deve ser esta a razão pela qual há disparidade de tratamento entre o quadro complementar e o quadro efetivo do Tribunal de Contas.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está em votação a emenda já lida por esta Presidência.

Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. — APROVADA.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em discussão o Artigo 10o. Sobre este artigo repousam duas emendas.

Sobre as emendas, um requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. — (LÊ):

“Senhor Presidente”.

Requeiro, na forma regimental, preferência de discussão e votação para a emenda oferecida pelos Deputados Luiz Alberto Oliveira e Accioly Neto, ao Art. 10 do Projeto de Lei 12/77, com primazia, sobre a emenda da CCJ., ao mesmo dispositivo antes referido.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1977.

(aa) Luiz Roberto Soares, João Fadel, Egon Pudell, Fabiano Braga Côrtes”.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Pela Ordem, Sr. Presidente.

Esta emenda é subscrita pelo nobre Deputado Accioly Neto e por mim.

Apenas para esta corrigenda.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência faz a corrigenda.

A emenda subscrita pelos Srs. Deputados Accioly Neto

e Luiz Alberto Oliveira.

Em votação com primazia, esta emenda sobre a emenda subscrita por outro Sr. Deputado, já objeto de análise na Comissão de Constituição e Justiça.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. — APROVADO.

A emenda é substitutiva, portanto deve prevalecer.

Em discussão — Encerrada a discussão — Em votação.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A emenda ora em exame, proposta pelo eminente Deputado Accioly Neto e por mim, propõe corrigir situação criada pela Mensagem, em seu Artigo 10 e parágrafos.

A emenda aprovada em Comissão — uma vez que é lei que aumenta vencimentos do funcionalismo público, é lei ordinária.

Pretende, essa lei ordinária, derrogar dispositivo da lei complementar que é o Estatuto do Funcionalismo Público, Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

No seu Artigo 10 e parágrafo, o presente plano de lei declara incorporado aos vencimentos e soldos do funcionalismo estadual e dos membros da Polícia, a gratificação do terço de risco de vida e de saúde.

A mesma pretensão esposada pela emenda substitutiva, aprovada em âmbito de Comissão, foi esquecida na Mensagem que tal matéria é contemplada com o Art. 172 — V — do Estatuto do Funcionário Público do Estado do Paraná.

Ora, Estatuto de Funcionário Público é lei complementar de Constituição Estadual, como são leis complementares o Estatuto do Magistério e Lei Orgânica dos Municípios.

Não podendo, portanto, lei ordinária invadir campos de competência da lei complementar, sob pena de criar vício de inconstitucionalidade, conforme a opinião abalizada de nossos melhores tratadistas.

Com a nova redação proposta, objetiva-se corrigir essa situação, de tal forma que, desta Casa, não seja aprovada, pelos eminentes Deputados, lei que, posteriormente venha a ser inquinada de inconstitucional, pelo Poder Judiciário, como aconteceu no caso da aprovação da Lei 1/71, promulgada pelo vice-Presidente desta Casa, à época, ex-Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa, e que foi analisada pelo brilhante Parecer do Desembargador Edmundo Mercer, pranteado Desembargador de saudosa memória, quando analisou mandado de segurança apresentado por uma professora, Marli Mairise Teixeira Militar, contra o Sr. Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura do governo Haroldo Leon Peres.

O eminente Desembargador Mercer, em atendimento posteriormente aprovado, por unanimidade, pelo Supremo Tribunal Federal, com referência à Lei 1/71, afirmava, que o Estatuto do Magistério também é lei complementar.

Diz o eminente Desembargador Edmundo Mercer:

“Trata-se de matéria pertinente à eficácia da lei em face da Constituição, terreno em que a intervenção do Judiciário só pode ser exercida por via de exceção, isto é, quando de um litígio submetido ao seu julgamento, não podendo descambar para um poder geral de veto sobre a legislação do Congresso”.

É que ao Judiciário cabe somente dizer da legalidade dos atos expedidos pelos dois outros poderes, mas lhe falece competência para examinar-lhes o acerto, vantagem ou propriedade.

E arremata com a lição: “Já o Chief Justice Chase Dizia:”

Esta Corte não possui poderes legislativos.

Não pode emendar ou modificar os atos do Congresso.

Não pode examinar questões de oportunidade ou de política.

Considerações desta sorte cabem à legislatura, cujo pro-

nunciamento a respeito há de ser considerado conclusivo.

O caso, portanto, é típico da intervenção judicial, não cabendo críticas à lei revocatória — A lei aprovada por esta Casa —, ainda que fosse ela, por assim dizer, já uma autêntica “lex derelictas” quando ressurgiu inesperadamente para o mundo jurídico.

Inspirada na Constituição Federal a Constituição do Paraná prescreve, segundo o texto da emenda número dois, que o “magistério estadual será organizado em Estatuto próprio, mediante Lei” (Art. 134 parágrafo único).

Tal Estatuto, votado pela Assembléia Legislativa — e as considerações são do saudoso Desembargador Mercer — e sancionado logo pelo Executivo, em meio de muitas festas e demonstrações várias do mais cáldo entusiasmo, porque na verdade, viera dar à classe do professorado garantia de exercício funcional há muito sentidas, foi, porém, logo mutilado, por via de lei ordinária, no seu Art. 14, justo o que previa a escolha de diretor do estabelecimento de ensino por meio de lista tríplice, votada pelo corpo docente e nomeação pela autoridade superior da administração pública, valendo o mandato por três anos.

Muito embora a Constituição do Paraná não contemple a lei complementar da Constituição, no capítulo do Processo Legislativo, refugindo, assim, aos ditames da regra de adaptação, tal não significa que o Estatuto do Magistério não seja, na realidade, uma lei daquela natureza.—

Como é o caso do Estatuto do Funcionário Público do Estado do Paraná.

JOSÉ AFONSO DA SILVA, com efeito, conceitua a lei complementar como sendo aquela destinada a completar a eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais, quando estas forem de normatividade incompleta (“Aplicabilidade das Normas Constitucionais”, pág. 255).

GERALDO ATALIBA, em recente opúsculo, só considera, no entretanto, como Lei Complementar a formal, isto é, aquela expressamente recomendada no texto constitucional.

Não obstante sua alta autoridade e esforço dialético, não consegue o ilustre professor de São Paulo convencer de que não possuam a mesma hierarquia constitucional todas as demais leis decorrentes da natureza “not self enforcing” do texto maior, ainda que não especial o processo de elaboração legislativa.

Vale melhor, sem dúvida, por obediência à “mens legis”, a lição de MIGUEL REALE:

... “No item 11, do citado art. 49, temos as LEIS COMPLEMENTARES DA CONSTITUIÇÃO.

Éis um ponto de assinalado relevo.

São as leis que, de certa forma, denominei de “PARA-CONSTITUCIONAIS”, ou seja, que estão em imediato contato com o texto constitucional, com o direto desenvolvimento.

São, em geral, as leis orgânicas ou estruturais dos serviços públicos, como por exemplo, para darmos exemplos do Estado de São Paulo — A LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, a LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS, A LEI ORGÂNICA DO ENSINO “( In Problemas Brasileiros”, número 61, abril de 1968, pág. 17).

Estas considerações são feitas com a finalidade única de por em relevo a importância do Estatuto do Magistério no quadro legislativo do estado de direito, ainda que não esteja em pauta de julgamento a legitimidade da Lei Derrogatória (Lei número 1/71).

Caso, eminente Sr. Presidente, Srs. Deputados, aprovássemos o artigo 10, com a redação proposta, haveríamos também de aprovar lei ordinária que invadiria campo de competência de lei complementar,

Este é o objetivo da emenda da proposta.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Continua em votação.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O pensamento expedido pelo eminente Deputado Luiz Alberto Oliveira, realmente está enfatizado, ou vem enfatizado por eminentes juristas que têm doutrinado a respeito da matéria e, especificamente, desta questão de leis complementares, no regime constitucional brasileiro.

Entendo, também, que a matéria que se pretendeu parlamentar através deste dispositivo em tela, está contida em lei suplementar, conforme foi esclarecido e, para isso obedeceria, como obedece e a própria Constituição, é claro, rito diverso das leis ordinárias.

Embora fosse procurada uma fórmula pela Mensagem do Executivo para caracterizar o espírito desta norma que o projeto original pretende disciplinar, essa emenda parece alcançar desde logo, os objetivos.

Não se pode dar tratamento diverso a funcionários pertencentes à mesma categoria funcional e que exercem idênticas funções, sem ferir-se o princípio da isonomia.

Por outro lado, ambas as redações dadas, a do projeto original e a oferecida à Comissão de Constituição e Justiça que acabou logrando êxito, “à priori”, elas pretendam, ambas, ferir direitos já adquiridos por funcionários mais antigos, decorrentes de legislação anterior.

E devemos considerar ainda que muitos servidores amparados por lei maior, recorrem ao Judiciário, onde encontram amparo às suas justas reivindicações, fugindo, portanto, da competência desta Casa, legislar através de lei ordinária e sem maiores estudos esclarecedores, sobre a matéria tão polêmica e que necessita melhores cuidados para alcançar seu desiderato.

De outra forma, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero dizer aqui uma crítica ao sistema de legislar e ao descumprimento de metodologia para se chegar ao objetivo.

Da forma que eu penso, ao lado do poder impositivo que tem o Executivo, diria eu, na minha modesta linguagem, de impingir a sua vontade ao funcionalismo público, quis, nesta oportunidade, através deste artigo que seria a medida mais iníqua deste projeto, porque pretendia que, eu acho, que o êxito está quase consagrado pelo entendimento dos Srs. Deputados desta Casa, em rejeitar ou dar uma redação completamente diferente da pretensão governamental.

Por esta razão, creio que deste aspecto, desta lei, ou melhor, deste dispositivo do projeto original e da emenda que veio da Comissão, seria mais ou menos comparável a um decreto que o Governador do Estado, em junho de 75 pretendeu evitar a respeito da representação e depois voltou atrás deixando insubsistente a medida que ele tomara.

Não tomando uma posição na oportunidade com referência a esta matéria e mais, se trata de querer ceifar o direito adquirido do funcionalismo, a gratificação de risco de vida e saúde, que seria devido ao exercício de atividades de certa periculosidade.

A lei civil, a Consolidação das Leis Trabalhistas, a Organização Internacional do Trabalho — preconiza e quantos doutrinadores têm defendido essa conquista social — e não seria neste momento angustiante do funcionalismo do Paraná que se deixaria que se votasse um obstáculo à nossa pretensão, que é, a nosso ver, uma injustiça um absurdo.

É por esta razão que votarei com a matéria modificando a pretensão governamental.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Os Deputados que aprovam, queiram permanecer como estão.— APROVADA.

Em consequência fica prejudicada a emenda da Comissão

de Justiça e de resto modificado o seu teor, o Artigo 10 do projeto de lei.

Em discussão o Artigo 11.

Encerrada a discussão.

Em votação.— APROVADA.

Para uma questão de ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. não se referiu ao parágrafo único deste Artigo.

Uma vez que foi votada substituição, caiu.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência, no início se referiu à emenda substitutiva ao Artigo 10. Quer significar que o Artigo 10 e seus conseqüentes parágrafos, estão modificados.

Requerimento do Sr. Rosário Pitelli.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — V. Exa. anunciou que os anexos seriam colocados em votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência referiu-se ao Artigo 10, o anexo primeiro e as conseqüentes tabelas.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Sr. Ministro da Fazenda, em forma de apelo no sentido de que os produtores de soja recebam a mais estrita colaboração do governo, para que os preços do soja sejam buscados no mercado internacional.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, no sentido de estabelecer o sistema cooperativo com o fim específico de comercializar e industrializar a produção de suínos.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, lido da tribuna, solicitando seja enviada ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado, cópia do pronunciamento do autor do presente requerimento.— APROVADO.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Enéas Faria e Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela conquista do hexa-campeonato pelo Coritiba F.C.,— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando desentranhamento da Proposição número 105/75, e sua competente colocação na pauta dos debates deste Plenário.— AO DEPARTAMENTO LEGISLATIVO, PARA INFORMAR O TRÂMITE DO REFERIDO PROJETO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando urgentes providências da Comissão Executiva, na tramitação do Projeto de Lei 130/75.— AO DEPARTAMENTO LEGISLATIVO, PARA INFORMAR O TRÂMITE E A SITUAÇÃO ATUAL DO REFERIDO PROJETO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, nos termos do Art. 150, do Regimento Interno solicitando voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado, pela entrega da ponte sobre o Rio Ivaí.— APROVADO.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação para este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Atenção, Srs. Deputados.

Por solicitação do Sr. Deputado José Domingos Scarpe-  
lini, voltaremos para uma verificação de votação.

Pediria aos Srs. Deputados que ocupassem os seus lugares, para viabilizar a conferência de votação.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Gilberto

Carvalho. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.— APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, sexta-feira, às 10,00 horas, com a Ordem do Dia, já anunciada anteriormente.

Levanta-se a sessão.

## DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 131/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1640, de 17 de março de 1977, deste Poder,

### RESOLVE:

exonerar a pedido o funcionário PERCY TAMPLIN, matrícula 370, da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de março de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 132/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1390, de 10 de março de 1977, deste Poder,

### RESOLVE:

prover, PAULO DO CANTO PACHECO, para o cargo em comissão de Chefe de Gabinete da Segunda Secretaria, deste Poder Legislativo, símbolo 1-C percebendo as vantagens inerentes.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de março de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

## DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 133/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 964, de 28 de fevereiro de 1977, deste Poder,

### RESOLVE:

revogar a pedido, os Decretos Legislativos que designaram os funcionários abaixo relacionados, no cargo que especifica no Gabinete da Presidência:

### ASSESSORES

OSMAR LUIZ DELAGASSA — Mat. 502.

LUIZ CARLOS CARON GROSSI — Mat. 464

DELTA DE ALMEIDA CARDOSO — Mat. 239

### OFICIAIS

LUIZ FRANCISCO FONTOURA — Mat. 604

LYDIA SCHONBACHLER DE ALMEIDA — Mat. 477

RUY RIBAS DE OLIVEIRA — Mat. 257

### AUXILIARES

NEUSA OLIVIA MELARA — Mat. 344

UMBELINA CARRARO DOS SANTOS – Mat. 461.

LUIZA ZACK VIANTE – Mat. 213.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de março de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 134/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 959, de 25 de fevereiro de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

I – revogar a pedido, o Decreto Legislativo número 129/75, de 12 de março de 1975; e,

II – revogar a pedido, o Decreto Legislativo número 60/77, de 25 de fevereiro de 1977.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de março de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 135/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 962, de 28 de fevereiro de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

revogar a pedido, o Decreto Legislativo 58/75, de 14 de fevereiro de 1975, ítems I e II, que nomeou PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO FILHO, que nomeou para exercer o cargo em comissão de Chefe de Gabinete da Presidência e autorizou a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, respectivamente.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de março de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 136/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 975, de 28 de fevereiro de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

revogar a pedido, o Decreto Legislativo 85/75, de 26 de fevereiro de 1976, que designou o funcionário CARLOS DOUGLAS BUKOSKI, para exercer o cargo de Assessor de Gabinete da Segunda Secretaria.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de março de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 137/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1014, de 01 de março de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

revogar o Decreto Legislativo 84/75, na parte a que se refere a designação do funcionário ARI NATAL CHEMIN, para exercer o cargo de Auxiliar de Gabinete da Segunda Secretaria

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de março de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 138/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 971, de 28 de fevereiro de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

I – revogar o Decreto Legislativo 589/75, de 06 de agosto de 1975, que designou JOAQUINA LOURENÇO JOSÉ, matr. 211, ocupante do cargo de nível PL “18”, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia; e,

II – revogar os ítems I e II, do Decreto Legislativo 17/77, de 08 de fevereiro de 1977, que designou respectivamente IGLAIR SMANIOTTO, matr. 298, ocupante do cargo de nível PL “22”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo e ODAHIR COSMOS, matr. 575, ocupante do cargo de nível PL “20”, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de março de 1977

IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 139/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 128, de 11 de janeiro de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

I – mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. segundo, da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de AYRTON PRECOMA, matr. 511, ocupante do cargo de nível PL “22”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1976, que deixou de gozar;

II – mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o primeiro quinquênio, compreendido entre 20 de maio de 1944 e igual data de 1949;

III – mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo



o mesmo dispositivo legal supra citado, ao seu acervo de serviço público, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 28 de janeiro de 1963 e 28 de maio de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias referentes ao ano de 1971, contadas em dobro; e,

IV - conceder o acréscimo de cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 10 de dezembro de 1975, data em que completou vinte e cinco (25) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de março de 1977.

IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.<sup>o</sup> Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.<sup>o</sup> Secretário.

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 140/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 970, de 28 de fevereiro de 1977, deste Poder.

#### RESOLVE:

revogar a pedido, o Decreto Legislativo 142/75, de 19 de março de 1975, que designou os funcionários abaixo discriminados, para exercerem os cargos no Gabinete da quarta Secretaria:

GENI CARNEIRO - Mat. 284 - Chefe de Gabinete

VALDECIR NASSAR - Mat. 412 - Auxiliar de Gabinete

Palácio 19 de dezembro, em 24 de março de 1977

IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.<sup>o</sup> Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.<sup>o</sup> Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 141/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1012, de 01 de março de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

revogar a pedido, o Decreto Legislativo 150/76, de 26 de março de 1976, na parte a que se refere a designação de JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO, para presidir e constituir a Comissão de Obras para a Construção do anexo da Assembléia Legislativa.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de março de 1977

IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.<sup>o</sup> Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.<sup>o</sup> Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 142/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9601, de 03 de novembro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de JOSÉ ESTEFANO BRITO WITOSLAWS-

KI, mat. 518, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio, compreendido entre 30 de dezembro de 1972 e 30 de outubro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias referentes aos anos de 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio 19 de Dezembro, em 24 de março de 1977.

IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.<sup>o</sup> Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.<sup>o</sup> Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 143/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 9038/76, de 12 de outubro de 1976, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de NELSON EMILIO MARQUES, matr. 352, ocupante do cargo de nível PL "26", da Série de Classes de Médico, do Grupo Ocupacional de Medicina, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um (01) ano correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 18 de janeiro de 1965 e 18 de setembro de 1974, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1972 e 1973, contadas em dobro.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de março de 1977

IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.<sup>o</sup> Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.<sup>o</sup> Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 144/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 19/77, de 03 de janeiro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

I - mandar contar para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. segunda da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de LEONILDO MARCIRO, matr. 376, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo; do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1976, que deixou de gozar; e,  
II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o terceiro quinquênio compreendido entre 10 de fevereiro de 1973 e 10 de dezembro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias referentes aos anos de 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de março de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente  
 QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário  
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 145/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 381/77, de 20 de janeiro de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

- I — mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. segundo, da Lei 6174, de 03 de Dezembro de 1975, em favor de ADILSON VICENTINI, matr. 110, ocupante do cargo de nível PL "28", da Série de Classes de Economista, do Grupo Ocupacional de Economia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1975, que deixou de gozar;
- II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da referida Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o segundo quinquênio, compreendido entre 16 de fevereiro de 1969 e 22 de dezembro de 1972, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro quinquênio e das férias relativas aos anos de 1968, 1970, 1971 e de vinte e sete (27) dias de 1.969, contadas em dobro; e,
- III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da citada Lei 6174, a partir de 11 de outubro de 1976, data em que, em razão da incorporação correspondente ao segundo quinquênio e das férias referentes ao ano de 1975, contadas em dobro, completou 15 (quinze) anos de serviço Público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de março de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente  
 QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário  
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 146/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 1047/77, de 02 de março de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

revogar a pedido, o Decreto Legislativo 149/75, de 19 de março de 1975, que designou os funcionários abaixo relacionados:

ACIR TEIXEIRA — Mat. 108	Chefe de Gabinete
IRANI CARINI — Mat. 179	Auxiliar de Gabinete
MAURÍCIO GONÇALVES — Mat. 152	Auxiliar de Gabinete

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de março de 1977

IVO THOMAZONI — Presidente  
 QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário  
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 147/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas

atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10.384/77, de 01 de dezembro de 1976, deste Poder,

## RESOLVE:

- I — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de ADEL METRING FRANCALACCI ESPÍNOLA, matr. 109, ocupante do cargo de nível "P" 28", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quarto quinquênio, compreendido entre 13 de janeiro de 1969 e 13 de janeiro de 1973, antecipado em razão da incorporação correspondente ao terceiro quinquênio e das férias referentes aos anos de 1969, 1970 e 1971, contadas em dobro;
- II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o mesmo dispositivo legal, ao seu acervo de serviço público, o tempo de (06) seis meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio, compreendido entre 13 de janeiro de 1973 e 13 de novembro de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias referentes aos anos de 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro; e,
- III — conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir de 13 de novembro de 1976, data em que, em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio, completou vinte e cinco anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de vinte e cinco por cento.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de março de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente  
 QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário  
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 148/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 10.760/76, de 13 de dezembro de 1976, deste Poder,

## RESOLVE:

conceder, com fundamento no Art. 171, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a LYDIA SCHONBACHLER DE ALMEIDA, matr. 477, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia o adicional de cinco por cento sobre seus vencimentos a partir de 08 de dezembro de 1976, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de março de 1977.

IVO THOMAZONI — Presidente  
 QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1.º Secretário  
 JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2.º Secretário

# DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 149/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 131, de 11 de janeiro de 1977, deste Poder,

## RESOLVE:

I - mandar contar para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. segundo da Lei 6742, de 3 de dezembro de 1975, em favor de RUY-RIBAS DE OLIVEIRA, matr. 257, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1976, que deixou de gozar; e,

II - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o quinto quinquênio compreendido entre 28 de maio de 1972 e 28 de maio de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quarto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1971, 1972 e 1975, contadas em dobro.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 23 de março de 1977.

IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 150/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 955, de 25 de fevereiro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

revogar a pedido, o Decreto Legislativo 84/75, de 26/2/75, na parte a que se refere a funcionária RUTH CARVALHO DE MELLO, matr. 256, para exercer o cargo de Assessor de Gabinete da Segunda Secretaria.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de março de 1977.

IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 151/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 356/77, de 20 de janeiro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

I - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, com nova redação dada pelo Art. segundo da Lei 6742, de 03 de dezembro de 1975, em favor de MOISÉS ABDALA MAGALHÃES, matr. 316, ocupante do cargo de nível PL "23", da Série de Classes de Oficial da Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referente ao ano de 1975, que deixou de gozar; e,

II - conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da Lei 6174, a partir de 08 de dezembro de 1976, data em que completou quinze anos de serviço público computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de março de 1977.

IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.º Secretário

#### DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 152/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 990, de 28 de fevereiro de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

exonerar a pedido, PAULO DO CANTO PACHECO, do cargo em comissão de Chefe de Gabinete da Primeira Secretaria, símbolo I-C.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 24 de março de 1977

IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1.º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2.º Secretário